



1. INTRODUÇÃO

A 1 de janeiro de 2014, entrou em vigor a Lei nº 73/2014, de 3 de Setembro, que estabelece o novo regime financeiro das Autarquias Locais, revogando outras, a anterior lei das finanças locais, Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, contendo mudanças legislativas relevantes, no caso em particular da prestação de contas consolidadas.

Nos termos do artigo nº 75º da Lei nº 73/2014, de 3 de Setembro, os municípios devem apresentar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Para a efetiva aplicação do disposto na referida norma os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos continuam a ser definidos pela Portaria nº474/2010 de 15 de junho, publicada na 2ª série do Diário da República em 1 de julho de 2010, que aprovou a orientação nº1/2010 "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo".

Em 28 de abril de 2011 foram publicadas, pelo SATAPOCAL, as instruções referente à consolidação de contas pelos municípios, atentas as especificidades do subsector das autarquias locais e ao fato de a Lei das Finanças Locais prevalecer, por força da hierarquia entre as várias normas legais, sobre a portaria referida no parágrafo anterior, e de aquela consagrar de forma expressa, alguns aspetos relevantes em matéria de consolidação de contas, designadamente o perímetro de consolidação e os documentos que devem integrar as demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que os municípios têm vindo a adotar formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, que detêm ou controlam, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal, tendo vindo a ser considerada exígua a prestação de contas individualizada por cada uma daquelas entidades, por tal não permitir uma visão global da situação financeira do grupo municipal, o que dificulta, quer a tomada de decisão dos gestores municipais quer a avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas por aquelas entidades.

Assim, a consolidação de contas nos municípios surge da necessidade de se melhorar a informação contabilística prestada pela administração local com o objetivo de elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Concluindo, para além das contas individuais que os municípios são obrigados a apresentar, passam, também, a apresentar as contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra.



Desta forma, apresenta-se pelo sexto ano consecutivo a consolidação de contas do grupo público municipal de Portalegre, desta feita relativamente ao exercício de 2015, que integra informação financeira consolidada.

Conceito e procedimentos

Para que o grupo seja visto como uma única entidade, nas Demonstrações Financeiras consolidadas, devem ser eliminados todos os saldos, transações e resultados não realizados, provenientes de operações efetuadas entre a Câmara Municipal, Serviços Municipalizados de Aguas e Transportes, Mercado Municipal de Portalegre, SA e Fundação Robinson.

Ao se eliminar as operações intra-grupo, quer sejam dividas, gastos/perdas, rendimentos/ganhos, que tiveram lugar apenas por força das relações entre as entidades do grupo, verifica-se que os resultados consolidados apresentados representam apenas as operações externas, ou seja, entre o grupo e o exterior.

Deste modo, ao eliminar as operações internas, as demonstrações financeiras consolidadas cumprem o principal objetivo da consolidação de contas, ou seja, a apresentação dos resultados do grupo como se de uma única entidade se tratasse, pois evidencia apenas operações externas.

No processo de consolidação distingue-se dois tipos de transações: as transações recíprocas e as transações não recíprocas.

As transações recíprocas ao serem anuladas, por se compensarem entre si, não provocam alterações nos resultados, enquanto nas operações não recíprocas isso não acontece.

O processo de consolidação de contas deve, por norma, obedecer aos seguintes passos:

- a) Definição do Perímetro de consolidação;
- b) Deve ser desenhado o organograma do grupo, com todas as entidades alvo de consolidação;
- c) Escolha do método de consolidação – Com base na percentagem de controlo detida pela empresa;
- d) Levantamento das Demonstrações Financeiras individuais de cada entidade pertencente ao perímetro de consolidação;
- e) Harmonização das políticas contabilísticas – normalização de políticas e procedimentos para tornar comparáveis os elementos das Demonstrações Financeiras;
- f) Agregação das Demonstrações Financeiras individuais – tendo por base o método de consolidação escolhido;
- g) Eliminação das transações intra-grupo;



h) Elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O grupo público municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Portalegre é constituído pelas entidades por este participadas, de forma direta ou indireta, em 100% do capital, e que fazem parte integrante do Sector Empresarial Local, e pelos Serviços Municipalizados, à data de 31 de Dezembro do exercício económico a consolidar.

O grupo público municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Portalegre é constituído pelas entidades por este participadas, de forma direta ou indireta, em 100% do capital, e que fazem parte integrante do Sector Empresarial Local, e pelos Serviços Municipalizados, à data de 31 de Dezembro do exercício económico a consolidar.

Empresa	Sigla	Valor Capital Social/Estatutário	%
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes	SMAT	1.400.000,00€	100 %
Mercado Municipal de Portalegre	MMPO	324.000€	100 %

Apesar da Fundação Robinson não fazer parte do sector empresarial local, nem a exclusividade do seu capital ser detido pelo Município de Portalegre, o Município detém estatutariamente a obrigação de englobar as totalidade da dívida em caso de extinção da mesma.

A consolidação de contas prevista na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73 /2013 de 03 de Setembro), que passou a obrigar, segundo o n.º 5 art.º 75, a consolidação de contas dos Municípios, com as entidades sobre as quais seja exercida presunção de controlo, e se verifique pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

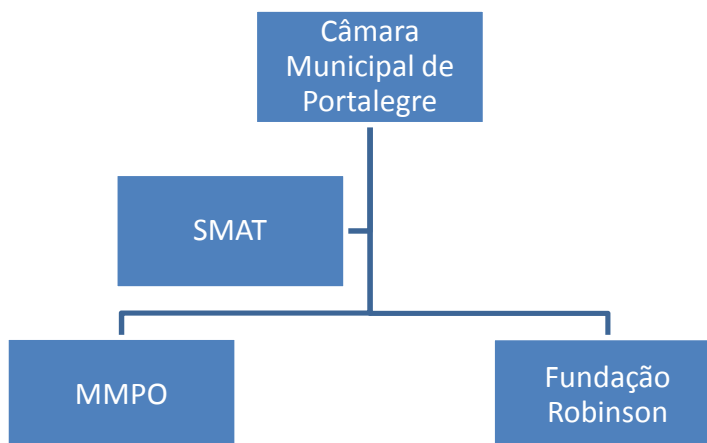
- a) A faculdade de vetar os orçamentos;
- b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- c) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;



e) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Empresa	Sigla	Valor Capital Social/Estatutário	%
Fundação Robinson	Fund. Rob.	1.256.995,00€	57%

Organograma do Grupo





3. CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

3.1. Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre

3.1.1. Caraterização

Sumário Anual	Unid : euros				
Empresa: S.M.A.T. - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da C.M. de Portalegre					
Missão: Assegurar a distribuição domiciliária de água, o serviço de transportes urbanos de passageiros, a gestão do estacionamento superficial e subterrâneo na cidade de Portalegre e a responsabilidade da exploração dos transportes não regulares de responsabilidade municipal					
Data de Constituição: 01/01/1945					
Dados Anuais	2011	2012	2013	2014	2015
Património	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00
Activo Líquido	5.417.245,93	5.034.984,69	4.784.846,58	4.453.766,17	4.279.601,51
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	4.384.122,12	4.044.482,09	3.731.528,72	3.454.607,64	3.206.482,68
Activo Circulante / Activo Corrente	1.033.123,81	990.502,60	1.053.317,86	999.158,53	1.073.118,83
Fundos Próprios	2.104.233,60	2.059.111,97	1.905.242,35	1.813.606,89	2.079.434,90
Resultados Líquidos	70.824,43	22.161,58	-132.816,12	-91.635,46	174.192,55
Passivo Total	3.313.012,33	2.975.872,72	2.879.604,23	2.640.159,28	2.200.166,61
Passivo Bancário					
- Passivo MLP	81.832,27	42.461,50	11.566,17	0,00	0,00
- Empréstimos MLP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Passivo CP					
- Empréstimos CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras rubricas de Passivo de CP	597.326,11	461.697,19	506.095,26	462.951,45	305.490,97
Total de Proveitos e Ganhos	5.385.732,40	5.302.835,01	5.213.314,79	4.991.786,70	5.173.882,46
Volume de Negócios	4.957.556,29	4.897.938,76	4.813.619,83	4.665.846,95	4.827.235,67
- Subsídios de Exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Custos e Perdas	5.314.907,97	5.280.673,43	5.346.130,91	5.083.422,16	4.999.689,91
Gastos Exploração	5.296.359,87	5.269.416,62	5.330.779,00	5.078.551,99	4.999.408,03
Custos com Pessoal	1.363.520,85	1.273.668,49	1.388.206,60	1.326.167,42	1.256.708,24
Nº Empregados	84	79	74	72	62

3.1.2. Aspetos relevantes

"...Apesar das dificuldades verificadas durante o ano de 2015, foi possível que o volume de negócios SMATP crescesse num valor de 161.388,72€ (...) de salientar que o montante em cobrança duvidosa ter crescido e situar-se no final do ano em 163.049,68€.

(...) Na sequência das medidas tomadas pelo Conselho de Administração dos SMATP em cooperação com o Município de Portalegre, de forma a assegurar a sustentabilidade económica e financeira dos serviços nomeadamente a adaptação dos recursos humanos a uma nova realidade e a flexibilização e adequação da oferta em termos de transportes urbanos, o fator considerado decisivo para a melhoria considerável do resultado do exercício foi a integração da ADNA na ALVT, e a conseqüente diminuição do valor de aquisição da matéria-prima – água/m3."

(...) O Resultado Líquido do Exercício dos SMATP é positivo, no valor de 174.192,55 o que representa uma melhoria significativa em relação ao ano anterior em que foi de 91.635,46€



Município de Portalegre

negativos, e que se traduz numa melhoria relativa de 290%, facto que deve ser alvo de análise por parte dos órgãos competentes, evidenciando uma melhoria significativa do seu valor, o que pode prespекtivar uma garantia de confiança e crescimento para os próximos anos.”

(Fonte: Relatório de Gestão dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes)

3.2. Mercado Municipal de Portalegre

3.2.1. Caraterização

Sumário Anual	Unid : euros				
Empresa: MMPO - Mercado Municipal Portalegre, S.A.					
Missão: Remodelação, gestão e exploração do Mercado Municipal de Portalegre					
Data de Constituição: 23/12/2003					
Dados Anuais	2011	2012	2013	2014	2015
Capital Social	324.000,00	324.000,00	324.000,00	324.000,00	324.000,00
Activo Líquido	3.299.886,56	2.558.742,73	2.443.842,25	2.406.650,66	2.314.974,90
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	1.728.669,28	1.672.450,89	1.621.890,77	1.576.610,68	1.537.871,57
Activo Circulante / Activo Corrente	1.571.217,28	886.291,84	821.951,48	830.039,98	777.103,33
Capital Próprio	1.388.863,26	938.416,13	986.525,72	938.111,52	816.704,51
Resultados Líquidos	54.621,74	107.691,61	72.563,19	-25.883,36	-102.494,76
Passivo Total	1.911.023,30	1.620.326,60	1.457.316,53	1.468.539,14	1.498.270,39
Passivo Bancário					
- Passivo MLP	964.292,50	604.345,51	469.169,76	469.169,76	295.044,98
- Empréstimos MLP	964.292,50	604.345,51	469.169,76	469.169,76	295.044,98
- Passivo CP					
- Empréstimos CP	0,00	235.019,34	384.679,20	401.789,17	646.777,76
- Outras rubricas de Passivo de CP	34.858,71	31.016,30	49.438,15	45.265,57	36.177,30
Total de Rendimentos	284.561,69	288.985,19	281.957,34	95.176,00	128.595,33
Volume de Negócios	75.969,01	77.784,51	78.447,28	72.631,09	70.475,92
- Subsídios de Exploração	177.689,44	177.689,44	177.689,44	0,00	35.000,00
Total de Gastos	229.939,95	181.293,58	209.394,15	121.059,36	231.090,09
Gastos Exploração	169.872,87	144.877,37	154.774,35	70.026,87	162.365,23
Custos com Pessoal	31.558,59	28.450,37	26.483,80	9.724,97	0,00
Nº Empregados	2	2	2	2	0

3.2.2 Aspetos relevantes

“ Durante o exercício de 2015, a MMPO, SA apresentou uma diminuição do Resultado Líquido comparativamente ao exercício anterior.”

Os Resultados Operacionais apresentam um resultado negativo de 33.769,90€ o que evidencia um decréscimo acentuado em relação ao ano anterior, que resulta do facto de se terem reconhecido imparidades de clientes.

Os proveitos derivados da atividade principal da sociedade dividem-se em taxas de utilização, integração de taxas de acesso, taxas de promoção comercial e outros proveitos gerados pelo aluguer de balanças e aluguer do espaço para diversas atividades.”



3.3. Fundação Robinson

3.3.1. Caracterização

Sumário Anual	Unid : euros				
Empresa: Fundação Robinson					
Missão: Ações de ordem Cultural, Educativa, Social e da Ciência					
Data de Constituição: 12/08/2003					
Dados Anuais	2011	2012	2013	2014	2015
Fundos	2.182.495,00	2.182.495,00	2.182.495,00	2.182.495,00	2.182.495,00
Activo Líquido	19.602.059,55	18.064.946,13	14.660.678,04	15.557.218,99	14.468.763,78
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	12.488.767,29	12.567.363,80	12.792.132,11	13.112.050,92	13.012.157,82
Activo Circulante / Activo Corrente	7.113.292,26	5.497.582,33	1.868.545,93	2.445.168,07	1.456.605,96
Fundos Patrimoniais	18.548.053,83	17.052.917,92	13.381.179,62	14.336.517,27	13.145.317,69
Resultados Líquidos	-904.840,83	-151.250,32	261,52	-50.985,06	98.275,32
Passivo Total	1.054.005,72	1.012.028,21	1.279.498,42	1.220.701,72	1.323.446,09
Passivo Bancário					
- Passivo MLP	3.417,98	1.139,30	0,00	93.775,90	93.775,90
- Empréstimos MLP	3.417,98	1.139,30	0,00	93.775,90	93.775,90
- Passivo CP					
- Empréstimos CP	567.278,68	567.278,68	566.139,30	565.000,00	565.000,00
- Outras rubricas de Passivo de CP	470.746,65	435.267,08	564.556,54	556.999,58	660.444,53
Total de Rendimentos	408.820,24	401.704,81	543.653,81	355.704,30	465.913,12
Volume de Negócios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Subsídios de Exploração	359.811,38	324.812,99	473.541,17	251.053,44	366.902,16
Total de Gastos	1.313.661,07	552.955,13	543.392,29	406.689,36	367.637,80
Gastos Exploração	1.280.173,30	509.963,51	509.508,52	371.742,37	330.545,12
Custos com Pessoal	293.465,99	244.135,02	177.062,49	202.064,53	138.900,61
Nº Empregados	6	6	6	6	5

3.3.2. Aspetos relevantes

“Durante o ano de 2015 e em total contra ciclo, contrariando todas as instabilidades institucionais sentidas, o Museu Robinson conseguiu aumentar os seus públicos crescendo em todos os segmentos de visitantes. No ano do 10º aniversário da instituição que o tutela, o Museu iniciou também um processo crescente de consolidação de imagem, com expressivo eco nas redes sociais e na imprensa. Portalegre tem obrigatoriamente de se rever no Património que este Museu encerra, pois ele é o seu resultado mais direto, ou até mesmo o seu produto final, utilizando a gíria industrial. O Espaço Robinson pode e tem de ser o equipamento-âncora que falta à região e à cidade, como uma placa giratória de ligação aos restantes agentes culturais e patrimoniais.

Não obstante a vitalidade e a sempre novidade que o projeto do Espaço Robinson representa, tornou-se evidente a insustentabilidade da instituição face aos constrangimentos existentes: falta de recursos financeiros (nomeadamente a indefinição dos valores previstos no Orçamento e Grandes Opções do Plano municipais para 2016 – que podem levar a curto prazo à rutura financeira), a carência elementar de recursos humanos, a falta de infraestruturas e a ausência de aprovação da alteração estatutária para dar cumprimento à Lei-quadro das Fundações. Convém ainda referir, que a falta da designação de novos elementos para o Conselho de Administração inviabilizou a instrução de candidaturas a alguns fundos comunitários, com especial relevo ao Programa de Cooperação INTERREG VA Espanha- Portugal (POCTEP), para o período 2014-2020, que permitiria reduzir as despesas



Município de Portalegre

de funcionamento e conseqüentemente as verbas a atribuir pelo Município de Portalegre. Acrescenta-se que esta total dependência do Município de Portalegre, apesar de surgir atualmente como uma fragilidade pode e tem de ser acima de tudo um fator de aliança e oportunidade. Neste projeto, e através da Fundação, a edilidade tem (como já se provou em diversos momentos dos últimos dez anos da instituição) maior capacidade de projetar a cidade numa dimensão global que não só reforça a competitividade mas que contribuirá de forma eficaz para o desenvolvimento do tecido económico da cidade.

Trabalhar com metas, objetivos, planos mensuráveis, partindo de todo o investimento realizado nos últimos dez anos é seguramente garantir a continuidade de um trabalho e reforçar a necessidade de sustentabilidade que o projeto exige. Esse posicionamento obriga o Município de Portalegre à urgente definição de um Futuro, que permita o cabal cumprimento da missão para a qual a Fundação foi criada há 10 anos, um desafio essencial que a todos convoca.

(Fonte: Relatório de Gestão da Fundação Robinson de 2015)



4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal no momento retratado. Para efeitos de análise consideraram-se os anos de 2014 e 2015, uma vez que o perímetro de consolidação não sofreu alterações

BALANÇO

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO GRUPO MUNICIPAL						
BALANÇO CONSOLIDADO						
Descrição	Valor	2015	Peso	Valor	2014	Peso
Activo Líquido						
Imobilizado	152.924.164,84		95,07%	157.459.724,76		91,95%
Circulante	5.670.392,72		3,53%	11.242.338,58		6,57%
Existências	400.449,95		0,25%	489.477,11		0,29%
Dívidas de Terceiros - Médio Longo Prazo	2.197.716,51		1,37%	2.162.692,88		1,26%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	2.472.052,68		1,54%	8.054.454,46		4,70%
Disponibilidades	600.173,58		0,37%	535.714,13		0,31%
Acréscimos e Diferimentos	2.255.068,00		1,40%	2.533.798,20		1,48%
Total Ativo Líquido	160.849.625,56			171.235.861,54		
Fundos Próprios						
Património	70.751.548,71		104,39%	70.686.190,41		107,24%
Ajustamento de Partes de Capital em Empresas	750.918,34		1,11%	892.512,00		1,35%
Reservas	13.709.438,17		20,23%	13.709.438,17		20,80%
Resultados Transitados	-19.205.105,89		-28,34%	-19.551.670,18		-29,66%
Resultado Líquido do Exercício	1.767.998,15		2,61%	175.483,99		0,27%
Total de Fundos Próprios	67.774.797,48			65.911.954,39		
Fundos Próprios atribuíveis a Interesses Minoritários	1.638.762,29		100,00%	1.596.503,90		100,00%
Total de Interesses Minoritários	1.638.762,29			1.596.503,90		
Passivo						
Provisões para riscos e encargos	202.539,16		0,22%	495.066,97		0,48%
Dívidas a Terceiros	34.535.039,59		37,77%	39.030.423,14		37,63%
Médio e Longo Prazo	24.519.619,42		26,82%	28.422.371,01		27,40%
Curto Prazo	10.015.420,17		10,95%	10.608.052,13		10,23%
Acréscimos e Diferimentos	56.698.487,04		62,01%	64.201.913,14		61,89%
Total do Passivo	91.436.065,79			103.727.403,25		
Total dos Fundos Próprios e Passivo	160.849.625,56			171.235.861,54		

Un.: Euros

Assim a informação financeira consolidada reporta aos exercícios, estando aqui evidenciados apenas os valores líquidos á data de 31 de Dezembro de 2014 e 2015, sobre os quais incidirá a respetiva análise.



Município de Portalegre

O balanço consolidado do grupo municipal de Portalegre evidencia um ativo líquido total de 160.849.625,56€, constituído maioritariamente por ativos imobilizados que ascendem a 152.924.164,84€. Considerando o valor do ativo inscrito no balanço individual do Município de Portalegre, é notória a sua influência nesta rubrica enquanto entidade consolidante, cuja representatividade equivale a 95,07%.

Face ao ano de 2015, registou-se um decréscimo nos ativos líquidos no valor de (-10.386.235,98€) com principal incidência nos ativos imobilizados (-4.535.559,92€), nas dívidas de terceiros de curto prazo verificou-se uma quebra no valor de (-5.582.401,78€) enquanto na rubrica, dívidas de terceiros de médio e longo prazo, verificou-se um aumento no valor de 35.023,63€.

O total do passivo do Grupo Municipal ascende a 91.436.065,79€, assumindo as dívidas a terceiros, o valor de 34.535.039,59€, cujo maior contributo advém da componente de natureza de médio e longo prazo, com a influência maioritária da entidade consolidante, comparativamente ao ano de 2014 existe uma redução no valor de 12.291.337,46€, salientando-se um decréscimo de (-3.902.751,59€) na componente médio longo prazo e de (-7.503.426,10€) nos acréscimos e diferimentos.

Os fundos próprios do Grupo Municipal ascendem a 67.774.797,48€, dos quais 70.751.548,71€ representam o valor do seu Património e o restante Reservas e Resultados Transitados e Líquidos. Os interesses minoritários são de 1.638.762,29€.

Relativamente a 2014 registou-se um aumento nos fundos próprios no valor de 1.862.843,09€, bem como nos interesses minoritários, no valor de 42.258,39€, fruto dos resultados líquidos registados pelas várias entidades do perímetro de consolidação.



ATIVO

IMOBILIZADO

MAPA DO ATIVO LIQUIDO IMOBILIZADO

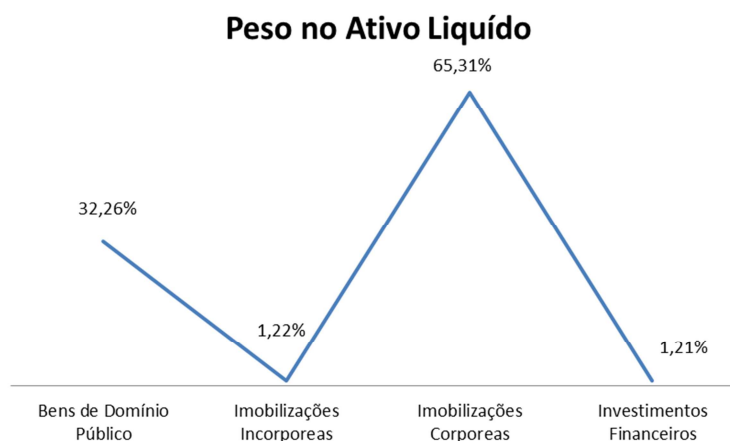
ATIVO LIQUIDO IMOBILIZADO DO GRUPO MUNICIPAL				
Rubricas	2015	Peso no activo líquido	2014	Peso no activo líquido
Bens de Domínio Público	49.330.691	32,26%	52.550.454	33,37%
Imobilizações Incorporeas	1.858.090	1,22%	1.901.416	1,21%
Imobilizações Corporeas	99.878.481	65,31%	101.780.353	64,64%
Investimentos Financeiros	1.856.902	1,21%	1.227.501	0,78%
TOTAL	152.924.165	100%	157.459.725	100%

Un.: Euros

Conforme atrás descrito é maioritária a representatividade do imobilizado no total do ativo líquido do Grupo Municipal, sendo o imobilizado de natureza corpórea e os bens de domínio público, as parcelas com maior expressão, ao representarem 65,31% e 32,26%, respetivamente, do valor do total do ativo líquido imobilizado.

Por último, os ativos incorpóreos preservam um insignificante peso percentual no ativo líquido, na ordem dos 1,22%.

Encerra-se a apreciação da rubrica do imobilizado com a inserção de um gráfico demonstrativo das referências anteriormente efetuadas.



CIRCULANTE

O ativo circulante do grupo municipal, fundado nas existências, nas dívidas de terceiros e nas disponibilidades, agrega no final do exercício 3,53% do ativo líquido. Os maiores agregados são as Dívidas de Terceiros, as de curto prazo e as de médio e longo prazo.



Município de Portalegre

Pela sua significância, segue-se apreciação particularizada das componentes "Disponibilidades" e "Dívidas de Terceiros", estas últimas que se apresentam em termos brutos fruto da materialidade das respetivas provisões.

À data de 31 de Dezembro de 2015 o valor das Disponibilidades ascendeu a 600.173,58€, sendo 596.587,16€ constituídos por depósitos em Instituições de Crédito e 3.586,42€ por valores em caixa.

O total de Disponibilidades do grupo municipal compreende o saldo de gerência de operações orçamentais, no valor de 600.173,58€ em resultado do balanceamento entre o total de receita orçamental cobrada e total da despesa orçamental paga no exercício, a que acresce o saldo inicial, cujo detalhe consta no quadro que se segue.

MAPA FLUXO DE CAIXA

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	
	31-dez-15
RECEBIMENTOS	
Saldo Inicial	364.041,64
Receitas Orçamentais	20.717.095,16
Correntes	19.181.281,18
Capital	1.534.558,78
Outras	1.255,20
Operações de Tesouraria	1.476.428,36
PAGAMENTOS	
Despesas Orçamentais	20.437.222,15
Correntes	14.546.577,12
Capital	5.890.645,03
Operações de Tesouraria	1.520.169,43
Saldo Final	600.173,58

Un.: Euros



MAPA DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL

DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL				
	2015	Peso %	2014	Peso %
Empréstimos Concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Clientes / Contribuintes e Utentes c/c	494.458,36	14,75%	600.371,45	6,70%
Clientes / Contribuintes e Utentes - Cobrança Duvidosa	928.482,71	27,69%	953.059,47	10,64%
Adiantamentos a Fornecedores	500,00	0,01%	962,51	0,01%
Estado e Outros Entes Públicos	93.528,35	2,79%	78.885,69	0,88%
Outros Devedores	1.835.952,18	54,76%	7.323.614,99	81,77%
TOTAL	3.352.921,60	100,00%	8.956.894,11	100,00%

Un.: Euros

Se em termos de ativo bruto, a análise das Dívidas de Terceiros conduz a um valor total de 3.352.921,60€, já em termos líquidos, como se afere do balanço inicialmente apresentado, registou-se um valor de 2.472.052,68€, circunstância que está diretamente relacionada com a constituição das correspondentes provisões, temática esta devidamente explicitada na respetiva nota ao balanço e à demonstração de resultados.

Na rubrica de outros devedores registam-se como valores mais significativos os provenientes de Devedores de Transferências para as Autarquias Locais, onde se incluem os créditos contabilizados no âmbito de financiamentos originários da Administração Central e de Fundos Comunitários, apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento e os valores de contratos de Venda de Habitações Resolúveis.

Outros dos valores com grande representatividade das dívidas de terceiros refere-se a cobrança duvidosa (928.482,71€) para o qual foram constituídas provisões em conformidade com as regras previstas no POCAL no valor de 880.868,92€.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2015.



MAPA DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	2.255.068,00
Acréscimos de Proveitos	324.491,02
Custos Diferidos	1.930.576,98

O valor referente a acréscimos de proveitos corresponde aos impostos a que o município tem direito de receber mas cuja entrada do capital só se verificará no exercício seguinte.

Os Custos diferidos referem-se a valores constantes de contratos programa e prémios de seguro a pagar no exercício seguinte mas que foram reconhecidos já neste.

**PASSIVO****DÍVIDAS A TERCEIROS**

DÍVIDAS A TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL				
	2015	Peso %	2014	Peso %
Médio e Longo Prazo		71,00%		72,82%
Empréstimos de médio e longo prazo	19.189.875,70	78,26%	21.434.709,07	75,41%
Fornecedores c/c - mlp	3.633.955,60	14,82%	4.762.000,93	16,75%
Fornecedores de Imobilizado mlp	31.417,46	0,13%	139.724,85	0,49%
Contratos Programa - mlp	1.056.534,16	4,31%	1.356.534,16	4,77%
Fundo de Apoio Municipal mlp	607.836,50	2,48%	729.402,00	2,57%
Sub-Total	24.519.619,42		28.422.371,01	
Curto Prazo		29,00%		27,18%
Empréstimos de curto prazo	4.797.086,00	47,90%	5.639.100,85	53,16%
Fornecedores c/c	2.233.061,09	22,30%	1.508.686,97	14,22%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	726.007,74	7,25%	805.672,67	7,59%
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00%	473,71	0,00%
Fornecedores de Imobilizado c/c	162.584,41	1,62%	472.542,49	4,45%
Fornecedores de Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	17.614,46	0,18%	23.481,07	0,22%
Administração Autárquica	994.020,10	9,92%	980.902,15	9,25%
Fornecedores de Imobilizado - Contratos de Leasing	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	70.639,46	0,71%	112.855,54	1,06%
Outros Credores	959.241,68	9,58%	1.005.604,57	9,48%
Clientes e Utentes c/ cauções	55.165,23	0,55%	58.732,11	0,55%
Sub-Total	10.015.420,17		10.608.052,13	
Total	34.535.039,59	100,00%	39.030.423,14	100,00%

Un.: Euros

As importâncias referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais. Da sua análise ressalta que o valor das dívidas a terceiros do grupo municipal totaliza 34.535.039,59€, constituído maioritariamente por dívida de natureza de médio e longo prazo que ascende 24.519.619,42€, face aos 10.015.420,17€ que emergem da dívida de curto prazo.

Considerando o valor da dívida de médio e longo prazo no balanço individual do Município é notória a sua influência nesta rubrica, encontrando-se bem espelhada a contribuição de cada uma das entidades do grupo municipal no quadro seguinte.

DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL							
ANO 2015							
Descrição	Fornecedores c/c	Empréstimos Obtidos	Fornecedores Imobilizado	Outros Credores	Fundo de Apoio Municipal	TOTAL	
						Valor	Peso
Município de Portalegre	3.633.955,60	18.801.054,82	31.417,46	1.056.534,16	607.836,50	24.130.798,54	98,41%
SMAT						0,00	0,00%
MMPO		295.044,98				295.044,98	1,20%
Fundação Robinson		93.775,90				93.775,90	0,38%
TOTAL	3.633.955,60	19.189.875,70	31.417,46	1.056.534,16	607.836,50	24.519.619,42	100,00%

Un.: Euros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo



Município de Portalegre

Face aos valores apresentados conclui-se que cerca de 98,41% do endividamento de médio e longo prazo do grupo provém da Câmara Municipal, logo seguido do contributo prestado pelo MMPO e a Fundação Robinson, valores que respeitam a Empréstimos Obtidos (1,20% e 0,38%), respetivamente.

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal-qualmente ao verificado no ativo, surge no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2015.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
	56.698.487,04
Acréscimos de Custos	1.447.239,95
Proveitos Diferidos	55.251.247,09

Os acréscimos de custos são os valores correspondentes a remunerações a pagar em 2016 mas que dizem respeito a 2015, juros a liquidar, encargos e impostos.

Nos proveitos a sua expressividade dos Proveitos Diferidos, está fundamentalmente associada ao montante contabilizado em subsídios para investimentos, a título de participações oportunamente aprovadas no âmbito de projetos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Protocolos e Contratos- Programa para o efeito celebrados, tem vindo a ser progressivamente transferido numa base sistemática para proveitos, acompanhando a contabilização das amortizações dos ativos financiados.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios do Grupo Municipal no final do exercício de 2015 ascendem a 67.774.797,48€, dos quais 70.751.548,71€ referem-se a Património, 13.709.438,17€ a Reservas, -19.205.105,89€ a Resultados Transitados, e 1.767.998,15€ a Resultados Líquidos que foram gerados no exercício económico de 2015.

Relativamente a Interesses minoritários verificou-se um valor de 1.638.762,29€.

Do total dos Fundos Próprios do Grupo Municipal, 96,93% são do Município (65.695.362,58€).

**5. BALANÇO CONSOLIDADO**

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Activo	Exercícios			
		2015			2014
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	99.400,00	0,00	99.400,00	99.400,00
452	Edifícios	23.464,40	2.200,94	21.263,46	21.420,67
453	Outras construções e infra-estruturas	80.731.460,94	39.918.420,36	40.813.040,58	43.998.585,65
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	540.349,13	38.809,10	501.540,03	509.301,85
459	Outros bens de domínio público	525.974,94	279.159,55	246.815,39	273.114,15
445	Imobilizações em curso	7.648.631,62	0,00	7.648.631,62	7.648.631,62
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		89.569.281,03	40.238.589,95	49.330.691,08	52.550.453,94
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	52.145,31	52.145,31	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	843.290,69	803.178,58	40.112,11	9.870,16
443	Imobilizações em curso	40.038,25	0,00	40.038,25	40.038,25
434	Outras Imobilizações Incorpóreas	1.799.348,63	79.920,45	1.719.428,18	1.726.697,60
435	Projectos	736.099,89	677.588,10	58.511,79	124.810,46
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		3.470.922,77	1.612.832,44	1.858.090,33	1.901.416,47
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	17.075.037,35	0,00	17.075.037,35	17.329.070,07
422	Edifícios e outras construções	113.100.255,91	32.505.089,40	80.595.166,51	79.824.442,93
423	Equipamento básico	7.922.518,94	6.811.256,59	1.111.262,35	1.207.148,22
424	Equipamento de transporte	1.023.513,46	898.580,41	124.933,05	156.576,82
425	Ferramentas e utensílios	262.175,06	252.156,19	10.018,87	11.186,27
426	Equipamento administrativo	646.547,83	633.760,81	12.787,02	18.777,66
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	4.102.436,59	3.239.122,56	863.314,03	903.044,08
442	Imobilizações em curso	85.961,83	0,00	85.961,83	2.330.107,06
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		144.218.446,97	44.339.965,96	99.878.481,01	101.780.353,11
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	1.000.033,32	10.000,00	990.033,32	360.632,14
412	Obrigações e títulos de participação	850.970,50	0,00	850.970,50	850.970,50
414	Investimentos em imóveis	15.898,60	0,00	15.898,60	15.898,60
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.866.902,42	10.000,00	1.856.902,42	1.227.501,24
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	333.407,92	86.381,29	247.026,63	260.098,56
35	Produtos e trabalhos em curso	23.289,60	0,00	23.289,60	23.289,60
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produto acabados e intermédios	130.133,72	0,00	130.133,72	130.133,72
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	75.955,23
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		486.831,24	86.381,29	400.449,95	489.477,11
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
268	Outros Devedores	2.197.716,51	0,00	2.197.716,51	2.162.692,88
		2.197.716,51	0,00	2.197.716,51	2.162.692,88
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
211	Clientes, c/c	494.458,36	0,00	494.458,36	600.371,45
212	Contribuintes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
213	Utentes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	928.482,71	880.868,92	47.613,79	50.619,82
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	500,00	0,00	500,00	962,51
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	93.528,35	0,00	93.528,35	78.885,69
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	1.835.952,18	0,00	1.835.952,18	7.323.614,99
		3.352.921,60	880.868,92	2.472.052,68	8.054.454,46
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
13	DGAL/Montantes Afetos ao FRM	0,00		0,00	171.672,50
12	Depósitos em instituições financeiras	596.587,16		596.587,16	361.099,96
11	Caixa	3.586,42		3.586,42	2.941,67
		600.173,58	0,00	600.173,58	535.714,13
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	324.491,02		324.491,02	295.859,13
272	Custos diferidos	1.930.576,98		1.930.576,98	2.237.939,07
		2.255.068,00	0,00	2.255.068,00	2.533.798,20
	Total de amortizações		86.191.388,35		
	Total de provisões		977.250,21		
	TOTAL DO ACTIVO	248.018.264,12	87.168.638,56	160.849.625,56	171.235.861,54



Município de Portalegre

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
		2015	2014
	Fundos próprios		
51	Património	70.751.548,71	70.686.190,41
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	750.918,34	892.512,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas	0,00	0,00
571	Reservas legais	2.712.385,21	2.712.385,21
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	427.700,81	427.700,81
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	108.513,50	108.513,50
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	9.890.720,58	9.890.720,58
578	Ajustamentos decorrentes de Variações Patrimoniais	570.118,07	570.118,07
59	Resultado transitados	-19.205.105,89	-19.551.670,18
88	Resultado líquido do exercício	1.767.998,15	175.483,99
		67.774.797,48	65.911.954,39
	Interesses Minoritários	1.638.762,29	1.596.503,90
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	202.539,16	495.066,97
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2214	Fornecedores , C/c	3.633.955,60	4.762.000,93
2312	Dívidas a instituições de crédito	19.189.875,70	21.434.709,07
2611	Fornecedores de Imobilizado , C/c		
2616	Fornecedores de Imobilizado , C/c	31.417,46	139.724,85
2615	Fornecedores de Imobilizado , Leasing	0,00	0,00
26472+26482	Contratos Programa ML/P	1.056.534,16	1.356.534,16
26812601	Fundo de Apoio Municipal - M/L Prazo	607.836,50	729.402,00
		24.519.619,42	28.422.371,01
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	4.797.086,00	5.639.100,85
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	473,71
221	Fornecedores, c/c	2.233.061,09	1.508.686,97
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	726.007,74	805.672,67
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções	55.165,23	58.732,11
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	162.584,41	472.542,49
24	Estado e outros entes públicos	70.639,46	112.855,54
264	Administração autárquica	994.020,10	980.902,15
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	959.241,68	1.005.604,57
		0,00	0,00
223	Fornecedores Vendas a Dinheiro	0,00	0,00
2613	Fornecedores de Imobilizado Contratos de Leasing	0,00	0,00
2618	Fornecedores Imob.-Facturas em recepção e conferência	17.614,46	23.481,07
		10.015.420,17	10.608.052,13
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	1.447.239,95	1.555.377,40
274	Proveitos diferidos	55.251.247,09	62.646.535,74
		56.698.487,04	64.201.913,14
	Total do Passivo	91.436.065,79	103.727.403,25
	Total dos Fundos Próprios + Passivo	160.849.625,56	171.235.861,54

**6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA****Câmara Municipal de Portalegre
Demonstração de Resultados Consolidada**

Ano: 2015

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	2015	Exercício		Exercício	
		2015	2014	2015	2014
61	Custo das Mercadorias Vendidas				
	Mercadorias	1.410.323,69		1.489.852,92	
	Materiais	492.736,86	1.903.060,55	534.670,26	2.024.523,18
62	Fornecimentos e Serviços Externos	3.885.854,95		4.127.573,43	
64	Custos com Pessoal				
641 + 642	Remunerações de pessoal	5.612.947,84		5.772.003,68	
643 a 648	Encargos Sociais	1.447.252,09	10.946.054,88	1.489.554,61	11.389.131,72
66	Amortizações do Exercício	5.544.881,30		5.823.044,33	
67	Provisões do Exercício	199.311,38	5.744.192,68	33.356,71	5.856.401,04
63	Transferências e subsídios corr. concedidos e prest. sociais	348.537,91	348.537,91	191.019,93	191.019,93
65	Outros Custos Operacionais	223.326,36	223.326,36	136.415,77	136.415,77
	(A).....		19.165.172,38		19.597.491,64
681	Juros Suportados	322.508,13		1.175.853,20	
682	Perdas em Entidades Participadas	0,00		0,00	
683 a 684	Amortizações e Provisões	10.000,00		0,00	
685 a 688	Outros Custos e Perdas Financeiras	89.218,96	421.727,09	79.872,65	1.255.725,85
	(C).....		19.586.899,47		20.853.217,49
69	Custos e Perdas Extraordinárias	1.857.830,73	1.857.830,73	533.653,47	533.653,47
	(E).....		21.444.730,20		21.386.870,96
88	Resultado Líquido do Exercício		1.810.256,54		153.560,41
			23.254.986,74		21.540.431,37

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Proveitos e Ganhos	Exercício		Exercício	
		2015	2014	2015	2014
71	Vendas e prestação de serviços				
711	Vendas de mercadorias e produtos	1.722.774,67		1.685.518,51	
712	Prestações de serviços	2.972.624,83	4.695.399,50	2.920.984,95	4.606.503,46
72	Impostos e taxas	4.837.669,40		4.279.862,46	
(a)	Variação da Produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria Empresa	69.451,79		60.375,44	
73	Proveitos Suplementares	3.453,91		11.166,36	
74	Transferências e subsídios obtidos	8.134.999,28		8.001.982,41	
76	Outros Proveitos Suplementares	23.146,47	13.068.720,85	39.711,68	12.393.098,35
	(B).....		17.764.120,35		16.999.601,81
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	1.514.776,22	1.514.776,22	1.560.653,86	1.560.653,86
	(D).....		19.278.896,57		18.560.255,67
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.976.090,17	3.976.090,17	2.980.175,70	2.980.175,70
	(F).....		23.254.986,74		21.540.431,37

Resultados Operacionais (B) - (A)		-1.401.052,03		-2.597.889,83
Resultados Financeiros (D - B) - (C - A)		1.093.049,13		304.928,01
Resultados Correntes (D) - (C)		-308.002,90		-2.292.961,82
Resultado Líquido do Exercício (F) - (E)		1.810.256,54		153.560,41
Atribuível a:				
- Grupo Municipal		1.767.998,15		175.483,99
- Interesses Minoritários		42.258,39		-21.923,58



7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

Estabelece a Lei das Finanças Locais (LFL) designadamente o n.º 1 do seu artigo 75º, que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”. Para cumprimento da mesma, segundo o n.º 7 do mesmo artigo, as “prestações de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras: Balanço consolidado; Demonstração consolidada dos resultados por natureza; Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Estabelecem o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

Assim, as notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação de contas, adaptada à numeração definida na sugestão de um modelo de estrutura do anexo às demonstrações financeiras consolidadas definido pelas instruções do SATAPOCAL, publicitadas pela DGAL em 28 de Abril de 2011, para a consolidação de contas e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade do grupo municipal, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.



7.1. Caracterização da entidade-mãe

7.1.1. Identificação

Município de Portalegre

Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº 28

7300-186 Portalegre

Número de identificação fiscal: 501.143.718

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho de Portalegre é constituído por 7 freguesias, 1 urbana (União das Freguesias de Sé e S. Lourenço) e 6 rurais (Alagoa, Alegrete, União das Freguesias de Carreiras e Ribeira de Nisa, Fortios, União das Freguesias de Reguengo e S. Julião e Urra). Tem uma superfície de 446,2 Km² e, de acordo com os Censos de 2011, 25.980 habitantes, e um n.º de eleitores de 21.946, conforme informação da DGAI – Direção Geral Administração Interna - Administração Eleitor, obtida à data de 31 de Dezembro de 2011, para a Base de Dados do Recenseamento Eleitoral BDRE.

7.1.2. Legislação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos aplicados pela entidade-mãe, nomeadamente os preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 162/99, de 14 de Setembro, 60-A/2005, de 30 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, aos quais acrescem os princípios estabelecidos na Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, designadamente nos pontos 2 a 2.6:

- Relevância e materialidade;
- Fiabilidade;
- Neutralidade;
- Plenitude;
- Representação fidedigna (da informação nelas contida).
- Comparabilidade

7.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva

A atual “Orgânica dos Serviços Municipais” viu a sua aprovação a 09 Janeiro de 2013, através da publicação em DRE – Diário da República, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e o n.º 6 do artigo 10.º do Decreto – Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Portalegre,



reunida em sessão ordinária de 28 de dezembro de 2012, aprovou, a proposta da Câmara Municipal, de 10 de dezembro de 2012, o modelo de estrutura hierarquizada e determinou a criação no máximo de 4 unidades orgânicas flexíveis e 42 subunidades orgânicas.

Nos termos do artigo 7.º Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Câmara Municipal de Portalegre, reunida em reunião ordinária de 26 de dezembro de 2012, aprovou sob condição de aprovação pela Assembleia Municipal, a proposta da Presidente da Câmara Municipal e deliberou a criação de 4 unidades orgânicas flexíveis: Divisão de Administração Geral e Finanças, Divisão da Cultura, Juventude, Desporto, Assuntos Sociais, Educação e Turismo, Divisão de Obras e Ambiente e a Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística, definindo as respetivas atribuições e competências.

O organograma da orgânica dos serviços municipais foi publicado em DRE a 13 de março de 2013 (anexo1).

7.1.4. Descrição Sumária das Atividades

A missão da Câmara e entidades do perímetro de consolidação é servir as pessoas melhorando a sua qualidade de vida, mobilizando e gerindo de forma eficiente e eficaz os recursos humanos e financeiros indispensáveis para garantir a prestação de um serviço público de excelência, apoiada no rigor e no cumprimento das normas e leis em vigor, sendo as suas atividades direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

7.1.5. Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal é composto pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, Maria Adelaide Lebreiro de Aguiar Marques Teixeira, e por seis Vereadores, nomeadamente:

Em regime de permanência:

- Nuno Miguel Carrilho Santana
- António Manuel Carrilho Ralo Landeiro
- Dulce Maria Nogueira Temudo Reis

Em regime de não permanência:

- José Manuel Reboredo Pinto Leite;
- Miguel Alexandre Ferreira Monteiro
- Luis Manuel Madeira Pargana



7.1.6. Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos da entidade mãe são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos, estando esta última, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade da entidade mãe são únicos e organizados de forma centralizada, na Divisão de Administração Geral e Finanças.

O sistema informático que a autarquia utiliza, é desenvolvido pela Software House designado por AIRC – Associação Informática da Região Centro, e é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído várias aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Refira-se que o Município de Portalegre tem preparado relatórios e demonstrações financeiras semestrais com vista à análise económico-financeira e orçamental prevista na Lei das Finanças Locais.

No que respeita às Entidades que integram o Grupo Municipal, para além da empresa-mãe, são adotados procedimentos contabilísticos próprios definidos em normativo interno específico para efeitos de consolidação e que integram:

- i. Definição harmonizada para as políticas contabilísticas de forma a permitir a homogeneização e comparabilidade da informação;
- ii. Conciliação de todos os fluxos transacionais e saldos entre as entidades que integram o perímetro Municipal numa periodicidade definida;
- iii. Reporte periódico de informação prestada pelas entidades participadas ao Município.

Todas as entidades que integram o perímetro de consolidação adotam as políticas contabilísticas e de relato financeiro como referencial contabilístico das suas contas individuais, com a exceção do SMAT e do Município que adotam o POCAL.

Em sede de consolidação, a empresa mãe tem procedimentos definidos que garantem a transposição dos diferentes acontecimentos/eventos e transações nas diferentes entidades para o referencial Contabilístico POCAL.



7.1.7. Outras informações relevantes

Foram levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF, IGAT e Tribunal de Contas), com incidência na gerência e nos 5 anos anteriores:

Data da Acção: Ano 2008 - Período Abrangido 01/01/2005 a 31/12/2007, Entidade IGF – Nº do processo 1707 – Controlo do Endividamento Municipal

Data da Acção: Ano 2008 - IGAL – Nº do processo 121400, Inspeção Ordinária – Área de Urbanismo e Empreitadas do Município;

Data da Acção: Ano 2009 – Período Abrangido 01/01/2005 a 31/12/2007, Entidade Tribunal de Contas - Auditoria Horizontal – Transferências e apoios financeiros concedidos pelos Municípios;

Data da Acção: Ano 2012 – Período Abrangido 01/01/2010 a 31/12/2012, Entidade IGF – Área de Urbanismo e Empreitadas do Município.

7.2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

7.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO						
Denominação	N.P.P. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Motivo da Inclusão Detenção da Totalidade do Capital		N.º Médio de Trabalhadores
				Directa	Indirecta	
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre	680031065	Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 28 - Portalegre	Distribuição de água; Transporte urbano e interurbano de passageiros; Exploração de parques de estacionamento subterrâneos	100%		62
MMPO - Mercado Municipal de Portalegre, S.A.	506472833	Rua General Conde Jorge de Avilez - Portalegre	Remodelação, gestão e exploração do Mercado Municipal de Portalegre e das suas envolventes directas, o qual se destina ao comércio por retalho de produtos alimentares e não alimentares e, a prossecução de outras actividades complementares ou subsidiárias	100%		0
Fundação Robinson	505984717	Largo do Jardim do Operário, n.º 5 - Portalegre	Preservação de espólios do arqueológico-industrial da Sociedade Corticeira Robinson Bros, S.A.; e de qualquer outro espólio cuja preservação lhe seja confiada.	57%		5



b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Denominação	N.P.P. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivo da Exclusão
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	Apartado 48 - Alter do Chão	Recolha, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos nos 25 municípios da sua área de influência	4,82%	Não Integra o S.E.L
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	513606130	Dr. Francisco Pissarra de Matos, N.º 21 r/ch 6300-906 Guarda	Captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público e recolha, tratamento, rejeição de efluentes, tendo a gestão do sistema sido delegada na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, nos termos previstos no Decreto-lei de constituição da sociedade	0,43%	Não Integra o S.E.L
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	504475606	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva Edifício Ciência II, n.º 11 - 3º B - Taguspark 2740-120 Porto Salvo	Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; produção e comercialização de dados; desenvolvimento e gestão de projects de internet e intranet.	0,15%	Não Detida a 100%

7.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas doem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Lei das Finanças Locais, as Demonstrações Financeiras (DF'S) apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

b) Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;

Não aplicável.

c) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.

Não aplicável.



7.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

As participações financeiras nas contas do Município das entidades que constam no perímetro de consolidação foram ajustadas, sendo utilizado o Método de equivalência Patrimonial.

b) Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;

Não se registaram quaisquer diferenças de consolidação.

c) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

d) Situações em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. instruções de preenchimento do SATAPOCAL, da não eliminação de operações recíprocas, pelo facto de tais operações acarretaram custos desproporcionados, face aos benefícios da informação;

Não aplicável.

e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;

Não aplicável.

f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.



g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não se registaram quaisquer ajustamentos excepcionais para fins exclusivamente fiscais.

h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial;

A única entidade incluída do perímetro de consolidação, que tem participação de outras entidades é a Fundação Robinson, uma vez que na sua estrutura patrimonial o Município apenas detém 57% dos Fundos, assim foi utilizado o método de equivalência patrimonial, tendo sido registado o valor de fundos e Resultados do exercício de relativo a interesses minoritários.

7.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

	DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS					Ano 2015	
	Câmara Municipal de Portalegre	SMAT	MMPO	Fundação Robinson	TOTAL	Eliminação de créditos s/ dívidas recíprocos	Grupo Público Consolidado
Empréstimos Obtidos	18.801.054,82		295.044,98	93.775,90	19.189.875,70		19.189.875,70
Total	18.801.054,82	0,00	295.044,98	93.775,90	19.189.875,70	0,00	19.189.875,70

Un.: Euros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo



Município de Portalegre

7.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Ano: **2015**
(Unidade: Euro)

Tipos de fluxos	C.M.P. - FUNDAÇÃO ROBINSON a)									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	460.796,46	234.707,34	0,00	257.487,34	438.016,46					
Subsídios										
Empréstimos										
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Participação do capital em numerário										
Participação do capital em espécie										
Outros										
TOTAL	460.796,46	234.707,34	0,00	257.487,34	438.016,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Ano: **2015**
(Unidade: Euro)

Tipos de fluxos	C.M.P. - MMPO a)									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00					
Empréstimos										
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Participação do capital em numerário										
Participação do capital em espécie										
Outros	710.757,76	0,00	0,00	0,00	710.757,76					
TOTAL	710.757,76	35.000,00	0,00	35.000,00	710.757,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Ano: **2015**
(Unidade: Euro)

Tipos de fluxos	C.M.P. - S.M.A.T. a)									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios	0,00	91.635,46		91.635,46	0,00					
Empréstimos										
Relações comerciais	66.136,93	436.665,60	50.043,56	417.771,51	34.987,46	0,00	144.335,92		144.335,92	0,00
Participação do capital em numerário										
Participação do capital em espécie										
Outros							0,00	1.537.075,97	0,00	1.537.075,97
TOTAL	66.136,93	528.301,06	50.043,56	509.406,97	34.987,46	0,00	1.681.411,89	0,00	1.681.411,89	0,00



7.2.6. Informações relativas a políticas contabilísticas

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

Na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

• Imobilizado:

- Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo Aquisição. Os ativos são depreciados pelo modelo porque se espera que os benefícios económicos do ativo sejam consumidos pela entidade. As taxas de amortização utilizadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de Abril (CIBE); as taxas utilizadas para os ativos das restantes entidades que integram o perímetro de consolidação são as previstas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro. A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.

- Os investimentos financeiros, que incorporam todas as participações em entidades do sector empresarial local detidas numa percentagem inferior a 100%, bem como participações noutras entidades, independentemente do valor da participação, encontram-se registados ao custo, foram constituídas provisões relativamente ao ICTVR, pelo Município e pela Fundação Robinson pelo valor da joia paga por cada entidade.

Foi ainda anulada a provisão que o município tinha constituído no exercício de 2010 relativamente às Águas do Norte Alentejano, cujo valor proporcional do Capital Próprio da participada era inferior à data do balanço ao valor da participação, uma vez que esta entidade foi absorvida pela empresa Aguas de Lisboa e Vale do tejo, empresa com uma estrutura de capitais próprios suficiente para a participação.

Foram ainda ajustadas as participações financeiras utilizando o Método de Equivalência Patrimonial.

• Locações:

- Sempre que em substância são transferidos as vantagens e os riscos associados de um elemento adquirido através de um contrato locação, este é considerado como uma locação financeira e os elementos associados são registados como Ativos no Balanço, no



enquadramento da predominância da substância económica sobre a forma legal para efeitos de reconhecimento.

• **Existências:**

- As existências encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas, é adotado o custo médio ponderado.

• **Dívidas de Terceiros e a Terceiros:**

- A mensuração das dívidas de e a terceiros é efetuada pelo valor nominal da contraprestação.

- As provisões para cobranças duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para dívidas em mora entre 6 e doze meses foi constituída provisão de 50% e para dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída provisão na totalidade da dívida.

• **Empréstimos:**

- Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo do custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.

• **Vendas e Prestações de Serviços:**

- O crédito das vendas e das prestações de serviços é reconhecido pelo valor nominal.

• **Subsídios do Governo:**

- O reconhecimento dos subsídios é efetuado apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento.

• **Provisões:**

Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo.

b) Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não aplicável.



7.2.7. Informações relativas a determinadas rubricas:

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;

O valor apresentado na rubrica de Despesas de Investigação e Desenvolvimento refere-se a registos contabilísticos do Município decorrentes da partilha da empresa Portalegre POLIS. As rubricas em causa estão totalmente amortizadas.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;

Activo Bruto Consolidado

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Bens de Domínio Público :						
451 Terrenos e recursos Naturais.....	99.400,00					99.400,00
452 Edifícios.....	23.464,40					23.464,40
453 Outras Construções e Infra-estruturas.....	80.498.404,37		19.953,09		213.103,48	80.731.460,94
455 Bens do Patrim. Histórico, Art. e Cult.....	540.349,13					540.349,13
459 Outros bens de Domínio Público	525.974,94					525.974,94
445 Imobilizações em curso	7.648.631,62					7.648.631,62
446 Adiantamentos por conta bens de Dom Público.....						
	89.336.224,46	0,00	19.953,09	0,00	213.103,48	89.569.281,03
Imobilizações incorpóreas :						
431 Despesas de instalação						
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	52.145,31					52.145,31
433 Propriedade industrial e outros direitos	791.679,89		51.610,80			843.290,69
434 Outras Imobilizações Incorpóreas.....	1.850.869,39				51.520,76	1.799.348,63
435 Projectos.....	736.099,89					736.099,89
443 Imobilizações em curso	40.038,25					40.038,25
449 Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas .						
	3.470.832,73	0,00	51.610,80	0,00	51.520,76	3.470.922,77
Imobilizações corpóreas :						
421 Terrenos e recursos naturais	17.329.070,07		1.115,25		255.147,97	17.075.037,35
422 Edifícios e outras construções	110.822.492,92		187.386,29		2.090.376,70	113.100.255,91
423 Equipamento básico	7.855.213,75		100.401,23		33.096,04	7.922.518,94
424 Equipamento de transporte	1.023.513,46					1.023.513,46
425 Ferramentas e utensílios	259.340,42		2.834,64			262.175,06
426 Equipamento administrativo	644.952,45		1.937,51		342,13	646.547,83
427 Taras e vasilhames						
429 Outras imobilizações corpóreas	4.089.721,98		12.714,61			4.102.436,59
442 Imobilizações em curso	2.330.107,06		712.991,96		2.957.137,19	85.961,83
448 Adiantamentos por conta de imob. corpóreas						
	144.354.412,11	0,00	1.019.381,49	0,00	5.336.100,03	144.218.446,97
Investimentos financeiros :						
411 Partes de capital	1.086.682,14	86.648,82				1.000.033,32
412 Obrigações e títulos de participação	850.970,50					850.970,50
414 Investimentos em imóveis	15.898,60					15.898,60
415 Outras aplicações financeiras						
441 Imobilizações em curso						
447 Adiantamentos por conta de invest. Financeiros						
	1.953.551,24	86.648,82	0,00	0,00	0,00	1.866.902,42



Município de Portalegre

Amortizações e Provisões 2015

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens de Domínio				
Edifícios.....	2.043,73	157,21	0,00	2.200,94
Outras Const. e Infra-Estrut.....	33.228.897,98	3.153.287,00	0,00	36.382.184,98
Bens do Patrim. Histórico, Art. e Cult.....	31.047,28	7.761,82	0,00	38.809,10
Outros bens do Domínio Público	3.523.781,53	291.613,40	0,00	3.815.394,93
	36.785.770,52	3.452.819,43	0,00	40.238.589,95
Imobilizações incorpóreas :				
Despesas de Instalação.....	0,00			0,00
Despesas de Investigação e desenvolvimento	52.145,31			52.145,31
Propriedade industrial e outros direitos	749.686,92	53.491,66	0,00	803.178,58
Imobilizações em curso		0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Incorporeas	124.171,78	7.269,43	-51.520,76	79.920,45
Outros Projetos.....	611.289,43	66.298,67	0,00	677.588,10
	1.485.148,13	127.059,76	-51.520,76	1.612.832,44
Imobilizações corpóreas :				
Edifícios e Outras Construções	30.998.049,99	1.870.918,48	363.879,07	32.505.089,40
Equipamento básico	6.648.065,53	216.211,25	53.020,19	6.811.256,59
Equipamento de transporte	866.936,64	31.643,77	0,00	898.580,41
Ferramentas e utensílios	248.154,15	4.002,04	0,00	252.156,19
Equipamento administrativo	626.174,79	8.817,25	1.231,23	633.760,81
Outras imobilizações corpóreas	3.186.677,90	57.052,24	4.607,58	3.239.122,56
	42.574.059,00	2.188.645,03	422.738,07	44.339.965,96

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

Não aplicável.

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;

Não aplicável.

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;

Não aplicável.

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;

Não aplicável.



g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;

Não aplicável.

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;

Não aplicável.

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços;

CODIGO DAS CONTAS POCAL	Proveitos e Ganhos	Município de Portalegre	SMAT	MMPO	F. Robinson	Eliminações	Consolidado
71	Vendas e Prestações de Serviços						
711	Vendas de Mercadorias e Prod.	119.262,84	1.952.250,62			348.738,79	1.722.774,67
712	Prestações de Serviços	1.691.541,10	2.874.985,05	70.475,92		1.664.377,24	2.972.624,83



Município de Portalegre

k) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS EXECUTIVOS, FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS			
Designação dos Membros	Funções	Natureza de Remuneração Atribuída	Val. Bruto Atrib. de Jan. a Dezem. 2015
Município			
Orgão Executivo			
Maria Adelaide Franco Lebreiro Aguiar Marques Teixeira	Presidente	Remuneração Base	36.015,84 €
Nuno Miguel Carrilho Santana	Vereador	Remuneração Base	27.763,70 €
António Manuel Carrilho Ralo Landeiro	Vereador	Remuneração Base	29.302,20 €
Dulce Maria Nogueira Temudo Reis	Vereadora	Remuneração Base	29.302,20 €
José Manuel Reboredo Pinto Leite	Vereador	Senhas de Presença	2.815,88 €
Miguel Alexandre Ferreira Monteiro	Vereador	Senhas de Presença	2.747,20 €
Jorge Alberto Polainas Velez	Vereador em substituição	Senhas de Presença	137,36 €
Luis Manuel Madeira Pargana	Vereador	Senhas de Presença	2.705,99 €
Luis António Cara d'Anjo Sequeira Calado	Vereador em substituição	Senhas de Presença	68,68 €
Ana Margarida Salgueiro Curinha	Vereadora	Senhas de Presença	206,04 €
Orgão de Fiscalização			
Mariquito Correia e Associados SROC, Lda	ROC	Honorários	11.000,00 €
Fundação Robinson			
Conselho de Administração			
Nuno Miguel Carrilho Santana	Presidente	Em funções de 01/01/2015 a 01/03/2015	0,00 €
António José da Mota Casa Nova	Vogal	Em funções de 01/01/2015 a 01/03/2015	0,00 €
Dulce Maria Nogueira Temudo Reis	Presidente	Em funções de 02/03/2015 a 04-10-2015	0,00 €
Luis António Nicolau Esteves	Vogal	Em funções desde 02-03-2015	0,00 €
António Fernando de Sousa Santos Traquil	Vogal	Em funções de 02/03/2015 a 19-10-2015	0,00 €
Orgão de Fiscalização			
Mariquito Correia e Associados, SROC, Lda	ROC	Honorários	1.800,00 €
MMPO			
Orgão Executivo			
António Manuel Carrilho Ralo Landeiro	Comissão Liquidatária	0	0
Nuno Miguel Carrilho Santana	Comissão Liquidatária	0	0
Dulce Maria Nogueira Temudo Reis	Comissão Liquidatária	0	0
Orgão de Fiscalização			
Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda	ROC	Honorários	2.500,00 €



l) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de immobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

Não aplicável.

m) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Não aplicável.

n) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Não aplicável.

o) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

Custos e Perdas Financeiras	Exercícios	
	2015	2014
681 - Juros Suportados.....	322.508,13	1.175.853,20
682 - Perdas em Empresas do Grupo Associadas.....		
683 - Amortizações de Investimentos em Imóveis.....		
684 - Provisões para Aplicações Financeiras	10.000,00	
685 - Diferenças de Câmbio Desfavoráveis.....		
687 - Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria		
688 - Outros Custos e Perdas Financeiras.....	89.218,96	79.872,65
Total	421.727,09	1.255.725,85
Resultados Financeiros.....	1.093.049,13	304.928,01
Total	1.514.776,22	1.560.653,86
Proveitos e Ganhos Financeiros	Exercícios	
	2015	2014
781 - Juros Obtidos.....	0,01	261,41
782 - Ganhos em Entidades Participadas.....		
783 - Rendimentos de Imóveis.....	1.487.900,31	1.482.308,57
784 - Rendimentos de Participação de Capital.....	26.875,90	78.083,88
785 - Diferenças de Câmbio Favoráveis.....		
786 - Descontos Pronto Pagamento Obtidos.....		
787 - Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria		
788 - Outros Proveitos e Ganhos Financeiros.....		



p) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

Custos e Perdas Extraordinárias	Exercícios	
	2015	2014
691 - Transferências de capital concedidas.....	947.284,59	340.512,44
692 - Dívidas incobráveis.....	118.358,23	
693 - Perdas em existências.....	5.700,48	1.955,48
694 - Perdas em imobilizações.....	329.190,28	169.858,56
695 - Multas e penalidades.....	391,00	151,85
696 - Aumentos de amortizações e provisões.....		
697 - Correções relativas a exercícios anteriores.....	351.022,67	5.216,99
698 - Outros custos e perdas extraordinários.....	105.883,48	15.958,15
Total	1.857.830,73	533.653,47
Resultados Extraordinários.....	2.118.259,44	2.446.522,23
Total	3.976.090,17	2.980.175,70
Proveitos e Ganhos Extraordinários	Exercícios	
	2015	2014
791 - Restituição de impostos.....		
792 - Recuperação de dívidas.....		
793 - Ganhos em existências.....	5.691,28	5.187,13
794 - Ganhos em imobilizações.....	279.683,48	120.641,68
795 - Benefícios de penalidades contratuais.....	138.748,38	64.383,77
796 - Redução de amortizações e provisões.....	1.005.946,49	188.511,56
797 - Correções relativas a exercícios anteriores.....	51.834,23	9.242,65
798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários.....	2.494.186,31	2.592.208,91

q) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
291 - Cobrança Duvidosa.....	902.439,65	112.930,09	134.500,82	880.868,92
292 - Para Riscos e Encargos..	495.066,97		292.527,81	202.539,16
396 - Existências - Mat. primas sub. E cons.	0,00	86.381,29		86.381,29
491 - Partes de Capital.....	726.050,00	10.000,00	726.050,00	10.000,00
Total	2.123.556,62	209.311,38	1.153.078,63	1.179.789,37

s) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

As dívidas encontram-se todas relevadas no balanço consolidado.



7.2.8. Informações diversas

a) Outras informações exigidas por diplomas legais;

Não aplicável.

b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.



1. INTRODUÇÃO

A 1 de janeiro de 2014, entrou em vigor a Lei nº 73/2014, de 3 de Setembro, que estabelece o novo regime financeiro das Autarquias Locais, revogando outras, a anterior lei das finanças locais, Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, contendo mudanças legislativas relevantes, no caso em particular da prestação de contas consolidadas.

Nos termos do artigo nº 75º da Lei nº 73/2014, de 3 de Setembro, os municípios devem apresentar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Para a efetiva aplicação do disposto na referida norma os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos continuam a ser definidos pela Portaria nº474/2010 de 15 de junho, publicada na 2ª série do Diário da República em 1 de julho de 2010, que aprovou a orientação nº1/2010 "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo".

Em 28 de abril de 2011 foram publicadas, pelo SATAPOCAL, as instruções referente à consolidação de contas pelos municípios, atentas as especificidades do subsector das autarquias locais e ao fato de a Lei das Finanças Locais prevalecer, por força da hierarquia entre as várias normas legais, sobre a portaria referida no parágrafo anterior, e de aquela consagrar de forma expressa, alguns aspetos relevantes em matéria de consolidação de contas, designadamente o perímetro de consolidação e os documentos que devem integrar as demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que os municípios têm vindo a adotar formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, que detêm ou controlam, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal, tendo vindo a ser considerada exígua a prestação de contas individualizada por cada uma daquelas entidades, por tal não permitir uma visão global da situação financeira do grupo municipal, o que dificulta, quer a tomada de decisão dos gestores municipais quer a avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas por aquelas entidades.

Assim, a consolidação de contas nos municípios surge da necessidade de se melhorar a informação contabilística prestada pela administração local com o objetivo de elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Concluindo, para além das contas individuais que os municípios são obrigados a apresentar, passam, também, a apresentar as contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra.



Desta forma, apresenta-se pelo sexto ano consecutivo a consolidação de contas do grupo público municipal de Portalegre, desta feita relativamente ao exercício de 2015, que integra informação financeira consolidada.

Conceito e procedimentos

Para que o grupo seja visto como uma única entidade, nas Demonstrações Financeiras consolidadas, devem ser eliminados todos os saldos, transações e resultados não realizados, provenientes de operações efetuadas entre a Câmara Municipal, Serviços Municipalizados de Aguas e Transportes, Mercado Municipal de Portalegre, SA e Fundação Robinson.

Ao se eliminar as operações intra-grupo, quer sejam dividas, gastos/perdas, rendimentos/ganhos, que tiveram lugar apenas por força das relações entre as entidades do grupo, verifica-se que os resultados consolidados apresentados representam apenas as operações externas, ou seja, entre o grupo e o exterior.

Deste modo, ao eliminar as operações internas, as demonstrações financeiras consolidadas cumprem o principal objetivo da consolidação de contas, ou seja, a apresentação dos resultados do grupo como se de uma única entidade se tratasse, pois evidencia apenas operações externas.

No processo de consolidação distingue-se dois tipos de transações: as transações recíprocas e as transações não recíprocas.

As transações recíprocas ao serem anuladas, por se compensarem entre si, não provocam alterações nos resultados, enquanto nas operações não recíprocas isso não acontece.

O processo de consolidação de contas deve, por norma, obedecer aos seguintes passos:

- a) Definição do Perímetro de consolidação;
- b) Deve ser desenhado o organograma do grupo, com todas as entidades alvo de consolidação;
- c) Escolha do método de consolidação – Com base na percentagem de controlo detida pela empresa;
- d) Levantamento das Demonstrações Financeiras individuais de cada entidade pertencente ao perímetro de consolidação;
- e) Harmonização das políticas contabilísticas – normalização de políticas e procedimentos para tornar comparáveis os elementos das Demonstrações Financeiras;
- f) Agregação das Demonstrações Financeiras individuais – tendo por base o método de consolidação escolhido;
- g) Eliminação das transações intra-grupo;



h) Elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O grupo público municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Portalegre é constituído pelas entidades por este participadas, de forma direta ou indireta, em 100% do capital, e que fazem parte integrante do Sector Empresarial Local, e pelos Serviços Municipalizados, à data de 31 de Dezembro do exercício económico a consolidar.

O grupo público municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Portalegre é constituído pelas entidades por este participadas, de forma direta ou indireta, em 100% do capital, e que fazem parte integrante do Sector Empresarial Local, e pelos Serviços Municipalizados, à data de 31 de Dezembro do exercício económico a consolidar.

Empresa	Sigla	Valor Capital Social/Estatutário	%
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes	SMAT	1.400.000,00€	100 %
Mercado Municipal de Portalegre	MMPO	324.000€	100 %

Apesar da Fundação Robinson não fazer parte do sector empresarial local, nem a exclusividade do seu capital ser detido pelo Município de Portalegre, o Município detém estatutariamente a obrigação de englobar as totalidade da dívida em caso de extinção da mesma.

A consolidação de contas prevista na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73 /2013 de 03 de Setembro), que passou a obrigar, segundo o n.º5 art.º 75, a consolidação de contas dos Municípios, com as entidades sobre as quais seja exercida presunção de controlo, e se verifique pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

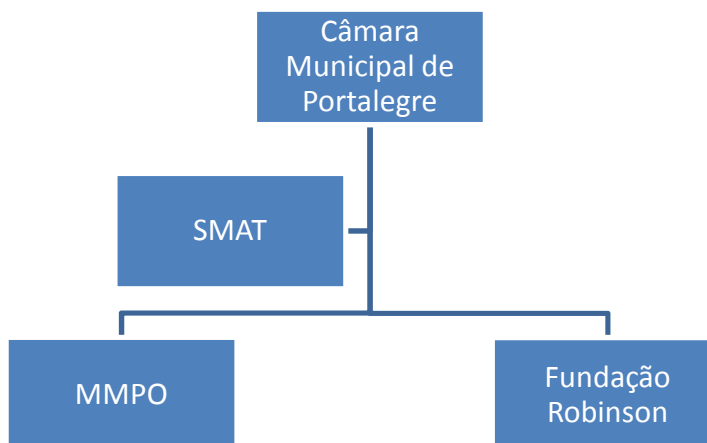
- a) A faculdade de vetar os orçamentos;
- b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- c) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;



e) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Empresa	Sigla	Valor Capital Social/Estatutário	%
Fundação Robinson	Fund. Rob.	1.256.995,00€	57%

Organograma do Grupo





3. CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

3.1. Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre

3.1.1. Caraterização

Sumário Anual	Unid : euros				
Empresa: S.M.A.T. - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da C.M. de Portalegre					
Missão: Assegurar a distribuição domiciliária de água, o serviço de transportes urbanos de passageiros, a gestão do estacionamento superficial e subterrâneo na cidade de Portalegre e a responsabilidade da exploração dos transportes não regulares de responsabilidade municipal					
Data de Constituição: 01/01/1945					
Dados Anuais	2011	2012	2013	2014	2015
Património	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00
Activo Líquido	5.417.245,93	5.034.984,69	4.784.846,58	4.453.766,17	4.279.601,51
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	4.384.122,12	4.044.482,09	3.731.528,72	3.454.607,64	3.206.482,68
Activo Circulante / Activo Corrente	1.033.123,81	990.502,60	1.053.317,86	999.158,53	1.073.118,83
Fundos Próprios	2.104.233,60	2.059.111,97	1.905.242,35	1.813.606,89	2.079.434,90
Resultados Líquidos	70.824,43	22.161,58	-132.816,12	-91.635,46	174.192,55
Passivo Total	3.313.012,33	2.975.872,72	2.879.604,23	2.640.159,28	2.200.166,61
Passivo Bancário					
- Passivo MLP	81.832,27	42.461,50	11.566,17	0,00	0,00
- Empréstimos MLP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Passivo CP					
- Empréstimos CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras rubricas de Passivo de CP	597.326,11	461.697,19	506.095,26	462.951,45	305.490,97
Total de Proveitos e Ganhos	5.385.732,40	5.302.835,01	5.213.314,79	4.991.786,70	5.173.882,46
Volume de Negócios	4.957.556,29	4.897.938,76	4.813.619,83	4.665.846,95	4.827.235,67
- Subsídios de Exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Custos e Perdas	5.314.907,97	5.280.673,43	5.346.130,91	5.083.422,16	4.999.689,91
Gastos Exploração	5.296.359,87	5.269.416,62	5.330.779,00	5.078.551,99	4.999.408,03
Custos com Pessoal	1.363.520,85	1.273.668,49	1.388.206,60	1.326.167,42	1.256.708,24
Nº Empregados	84	79	74	72	62

3.1.2. Aspetos relevantes

"...Apesar das dificuldades verificadas durante o ano de 2015, foi possível que o volume de negócios SMATP crescesse num valor de 161.388,72€ (...) de salientar que o montante em cobrança duvidosa ter crescido e situar-se no final do ano em 163.049,68€.

(...) Na sequência das medidas tomadas pelo Conselho de Administração dos SMATP em cooperação com o Município de Portalegre, de forma a assegurar a sustentabilidade económica e financeira dos serviços nomeadamente a adaptação dos recursos humanos a uma nova realidade e a flexibilização e adequação da oferta em termos de transportes urbanos, o fator considerado decisivo para a melhoria considerável do resultado do exercício foi a integração da ADNA na ALVT, e a conseqüente diminuição do valor de aquisição da matéria-prima – água/m3."

(...) O Resultado Líquido do Exercício dos SMATP é positivo, no valor de 174.192,55 o que representa uma melhoria significativa em relação ao ano anterior em que foi de 91.635,46€



Município de Portalegre

negativos, e que se traduz numa melhoria relativa de 290%, facto que deve ser alvo de análise por parte dos órgãos competentes, evidenciando uma melhoria significativa do seu valor, o que pode prespекtivar uma garantia de confiança e crescimento para os próximos anos.”

(Fonte: Relatório de Gestão dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes)

3.2. Mercado Municipal de Portalegre

3.2.1. Caracterização

Sumário Anual	Unid : euros				
Empresa: MMPO - Mercado Municipal Portalegre, S.A.					
Missão: Remodelação, gestão e exploração do Mercado Municipal de Portalegre					
Data de Constituição: 23/12/2003					
Dados Anuais	2011	2012	2013	2014	2015
Capital Social	324.000,00	324.000,00	324.000,00	324.000,00	324.000,00
Activo Líquido	3.299.886,56	2.558.742,73	2.443.842,25	2.406.650,66	2.314.974,90
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	1.728.669,28	1.672.450,89	1.621.890,77	1.576.610,68	1.537.871,57
Activo Circulante / Activo Corrente	1.571.217,28	886.291,84	821.951,48	830.039,98	777.103,33
Capital Próprio	1.388.863,26	938.416,13	986.525,72	938.111,52	816.704,51
Resultados Líquidos	54.621,74	107.691,61	72.563,19	-25.883,36	-102.494,76
Passivo Total	1.911.023,30	1.620.326,60	1.457.316,53	1.468.539,14	1.498.270,39
Passivo Bancário					
- Passivo MLP	964.292,50	604.345,51	469.169,76	469.169,76	295.044,98
- Empréstimos MLP	964.292,50	604.345,51	469.169,76	469.169,76	295.044,98
- Passivo CP					
- Empréstimos CP	0,00	235.019,34	384.679,20	401.789,17	646.777,76
- Outras rubricas de Passivo de CP	34.858,71	31.016,30	49.438,15	45.265,57	36.177,30
Total de Rendimentos	284.561,69	288.985,19	281.957,34	95.176,00	128.595,33
Volume de Negócios	75.969,01	77.784,51	78.447,28	72.631,09	70.475,92
- Subsídios de Exploração	177.689,44	177.689,44	177.689,44	0,00	35.000,00
Total de Gastos	229.939,95	181.293,58	209.394,15	121.059,36	231.090,09
Gastos Exploração	169.872,87	144.877,37	154.774,35	70.026,87	162.365,23
Custos com Pessoal	31.558,59	28.450,37	26.483,80	9.724,97	0,00
Nº Empregados	2	2	2	2	0

3.2.2 Aspetos relevantes

“ Durante o exercício de 2015, a MMPO, SA apresentou uma diminuição do Resultado Líquido comparativamente ao exercício anterior.”

Os Resultados Operacionais apresentam um resultado negativo de 33.769,90€ o que evidencia um decréscimo acentuado em relação ao ano anterior, que resulta do facto de se terem reconhecido imparidades de clientes.

Os proveitos derivados da atividade principal da sociedade dividem-se em taxas de utilização, integração de taxas de acesso, taxas de promoção comercial e outros proveitos gerados pelo aluguer de balanças e aluguer do espaço para diversas atividades.”



3.3. Fundação Robinson

3.3.1. Caracterização

Sumário Anual	Unid : euros				
Empresa: Fundação Robinson					
Missão: Ações de ordem Cultural, Educativa, Social e da Ciência					
Data de Constituição: 12/08/2003					
Dados Anuais	2011	2012	2013	2014	2015
Fundos	2.182.495,00	2.182.495,00	2.182.495,00	2.182.495,00	2.182.495,00
Activo Líquido	19.602.059,55	18.064.946,13	14.660.678,04	15.557.218,99	14.468.763,78
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	12.488.767,29	12.567.363,80	12.792.132,11	13.112.050,92	13.012.157,82
Activo Circulante / Activo Corrente	7.113.292,26	5.497.582,33	1.868.545,93	2.445.168,07	1.456.605,96
Fundos Patrimoniais	18.548.053,83	17.052.917,92	13.381.179,62	14.336.517,27	13.145.317,69
Resultados Líquidos	-904.840,83	-151.250,32	261,52	-50.985,06	98.275,32
Passivo Total	1.054.005,72	1.012.028,21	1.279.498,42	1.220.701,72	1.323.446,09
Passivo Bancário					
- Passivo MLP	3.417,98	1.139,30	0,00	93.775,90	93.775,90
- Empréstimos MLP	3.417,98	1.139,30	0,00	93.775,90	93.775,90
- Passivo CP					
- Empréstimos CP	567.278,68	567.278,68	566.139,30	565.000,00	565.000,00
- Outras rubricas de Passivo de CP	470.746,65	435.267,08	564.556,54	556.999,58	660.444,53
Total de Rendimentos	408.820,24	401.704,81	543.653,81	355.704,30	465.913,12
Volume de Negócios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Subsídios de Exploração	359.811,38	324.812,99	473.541,17	251.053,44	366.902,16
Total de Gastos	1.313.661,07	552.955,13	543.392,29	406.689,36	367.637,80
Gastos Exploração	1.280.173,30	509.963,51	509.508,52	371.742,37	330.545,12
Custos com Pessoal	293.465,99	244.135,02	177.062,49	202.064,53	138.900,61
Nº Empregados	6	6	6	6	5

3.3.2. Aspetos relevantes

“Durante o ano de 2015 e em total contra ciclo, contrariando todas as instabilidades institucionais sentidas, o Museu Robinson conseguiu aumentar os seus públicos crescendo em todos os segmentos de visitantes. No ano do 10º aniversário da instituição que o tutela, o Museu iniciou também um processo crescente de consolidação de imagem, com expressivo eco nas redes sociais e na imprensa. Portalegre tem obrigatoriamente de se rever no Património que este Museu encerra, pois ele é o seu resultado mais direto, ou até mesmo o seu produto final, utilizando a gíria industrial. O Espaço Robinson pode e tem de ser o equipamento-âncora que falta à região e à cidade, como uma placa giratória de ligação aos restantes agentes culturais e patrimoniais.

Não obstante a vitalidade e a sempre novidade que o projeto do Espaço Robinson representa, tornou-se evidente a insustentabilidade da instituição face aos constrangimentos existentes: falta de recursos financeiros (nomeadamente a indefinição dos valores previstos no Orçamento e Grandes Opções do Plano municipais para 2016 – que podem levar a curto prazo à rutura financeira), a carência elementar de recursos humanos, a falta de infraestruturas e a ausência de aprovação da alteração estatutária para dar cumprimento à Lei-quadro das Fundações. Convém ainda referir, que a falta da designação de novos elementos para o Conselho de Administração inviabilizou a instrução de candidaturas a alguns fundos comunitários, com especial relevo ao Programa de Cooperação INTERREG VA Espanha- Portugal (POCTEP), para o período 2014-2020, que permitiria reduzir as despesas



Município de Portalegre

de funcionamento e conseqüentemente as verbas a atribuir pelo Município de Portalegre. Acrescenta-se que esta total dependência do Município de Portalegre, apesar de surgir atualmente como uma fragilidade pode e tem de ser acima de tudo um fator de aliança e oportunidade. Neste projeto, e através da Fundação, a edilidade tem (como já se provou em diversos momentos dos últimos dez anos da instituição) maior capacidade de projetar a cidade numa dimensão global que não só reforça a competitividade mas que contribuirá de forma eficaz para o desenvolvimento do tecido económico da cidade.

Trabalhar com metas, objetivos, planos mensuráveis, partindo de todo o investimento realizado nos últimos dez anos é seguramente garantir a continuidade de um trabalho e reforçar a necessidade de sustentabilidade que o projeto exige. Esse posicionamento obriga o Município de Portalegre à urgente definição de um Futuro, que permita o cabal cumprimento da missão para a qual a Fundação foi criada há 10 anos, um desafio essencial que a todos convoca.

(Fonte: Relatório de Gestão da Fundação Robinson de 2015)



4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal no momento retratado. Para efeitos de análise consideraram-se os anos de 2014 e 2015, uma vez que o perímetro de consolidação não sofreu alterações

BALANÇO

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO GRUPO MUNICIPAL						
BALANÇO CONSOLIDADO						
Descrição	Valor	2015	Peso	Valor	2014	Peso
Activo Líquido						
Imobilizado	152.924.164,84		95,07%	157.459.724,76		91,95%
Circulante	5.670.392,72		3,53%	11.242.338,58		6,57%
Existências	400.449,95		0,25%	489.477,11		0,29%
Dívidas de Terceiros - Médio Longo Prazo	2.197.716,51		1,37%	2.162.692,88		1,26%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	2.472.052,68		1,54%	8.054.454,46		4,70%
Disponibilidades	600.173,58		0,37%	535.714,13		0,31%
Acréscimos e Diferimentos	2.255.068,00		1,40%	2.533.798,20		1,48%
Total Ativo Líquido	160.849.625,56			171.235.861,54		
Fundos Próprios						
Património	70.751.548,71		104,39%	70.686.190,41		107,24%
Ajustamento de Partes de Capital em Empresas	750.918,34		1,11%	892.512,00		1,35%
Reservas	13.709.438,17		20,23%	13.709.438,17		20,80%
Resultados Transitados	-19.205.105,89		-28,34%	-19.551.670,18		-29,66%
Resultado Líquido do Exercício	1.767.998,15		2,61%	175.483,99		0,27%
Total de Fundos Próprios	67.774.797,48			65.911.954,39		
Fundos Próprios atribuíveis a Interesses Minoritários	1.638.762,29		100,00%	1.596.503,90		100,00%
Total de Interesses Minoritários	1.638.762,29			1.596.503,90		
Passivo						
Provisões para riscos e encargos	202.539,16		0,22%	495.066,97		0,48%
Dívidas a Terceiros	34.535.039,59		37,77%	39.030.423,14		37,63%
Médio e Longo Prazo	24.519.619,42		26,82%	28.422.371,01		27,40%
Curto Prazo	10.015.420,17		10,95%	10.608.052,13		10,23%
Acréscimos e Diferimentos	56.698.487,04		62,01%	64.201.913,14		61,89%
Total do Passivo	91.436.065,79			103.727.403,25		
Total dos Fundos Próprios e Passivo	160.849.625,56			171.235.861,54		

Un.: Euros

Assim a informação financeira consolidada reporta aos exercícios, estando aqui evidenciados apenas os valores líquidos á data de 31 de Dezembro de 2014 e 2015, sobre os quais incidirá a respetiva análise.



Município de Portalegre

O balanço consolidado do grupo municipal de Portalegre evidencia um ativo líquido total de 160.849.625,56€, constituído maioritariamente por ativos imobilizados que ascendem a 152.924.164,84€. Considerando o valor do ativo inscrito no balanço individual do Município de Portalegre, é notória a sua influência nesta rubrica enquanto entidade consolidante, cuja representatividade equivale a 95,07%.

Face ao ano de 2015, registou-se um decréscimo nos ativos líquidos no valor de (-10.386.235,98€) com principal incidência nos ativos imobilizados (-4.535.559,92€), nas dívidas de terceiros de curto prazo verificou-se uma quebra no valor de (-5.582.401,78€) enquanto na rubrica, dívidas de terceiros de médio e longo prazo, verificou-se um aumento no valor de 35.023,63€.

O total do passivo do Grupo Municipal ascende a 91.436.065,79€, assumindo as dívidas a terceiros, o valor de 34.535.039,59€, cujo maior contributo advém da componente de natureza de médio e longo prazo, com a influência maioritária da entidade consolidante, comparativamente ao ano de 2014 existe uma redução no valor de 12.291.337,46€, salientando-se um decréscimo de (-3.902.751,59€) na componente médio longo prazo e de (-7.503.426,10€) nos acréscimos e diferimentos.

Os fundos próprios do Grupo Municipal ascendem a 67.774.797,48€, dos quais 70.751.548,71€ representam o valor do seu Património e o restante Reservas e Resultados Transitados e Líquidos. Os interesses minoritários são de 1.638.762,29€.

Relativamente a 2014 registou-se um aumento nos fundos próprios no valor de 1.862.843,09€, bem como nos interesses minoritários, no valor de 42.258,39€, fruto dos resultados líquidos registados pelas várias entidades do perímetro de consolidação.



ATIVO

IMOBILIZADO

MAPA DO ATIVO LIQUIDO IMOBILIZADO

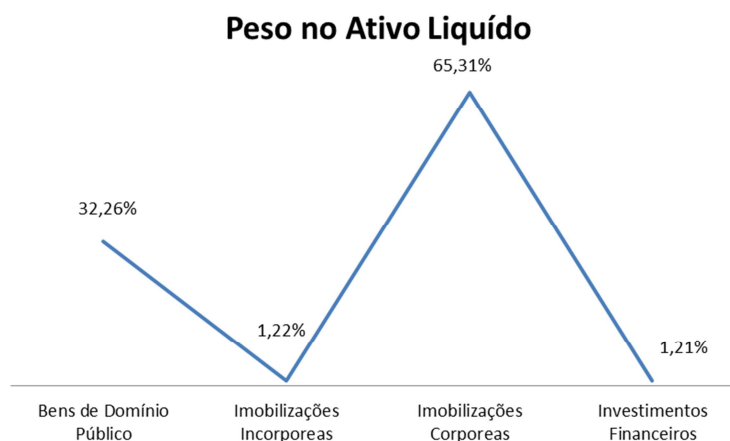
ATIVO LIQUIDO IMOBILIZADO DO GRUPO MUNICIPAL				
Rubricas	2015	Peso no activo líquido	2014	Peso no activo líquido
Bens de Domínio Público	49.330.691	32,26%	52.550.454	33,37%
Imobilizações Incorporeas	1.858.090	1,22%	1.901.416	1,21%
Imobilizações Corporeas	99.878.481	65,31%	101.780.353	64,64%
Investimentos Financeiros	1.856.902	1,21%	1.227.501	0,78%
TOTAL	152.924.165	100%	157.459.725	100%

Un.: Euros

Conforme atrás descrito é maioritária a representatividade do imobilizado no total do ativo líquido do Grupo Municipal, sendo o imobilizado de natureza corpórea e os bens de domínio público, as parcelas com maior expressão, ao representarem 65,31% e 32,26%, respetivamente, do valor do total do ativo líquido imobilizado.

Por último, os ativos incorpóreos preservam um insignificante peso percentual no ativo líquido, na ordem dos 1,22%.

Encerra-se a apreciação da rubrica do imobilizado com a inserção de um gráfico demonstrativo das referências anteriormente efetuadas.



CIRCULANTE

O ativo circulante do grupo municipal, fundado nas existências, nas dívidas de terceiros e nas disponibilidades, agrega no final do exercício 3,53% do ativo líquido, Os maiores agregados são as Dívidas de Terceiros, as de curto prazo e as de médio e longo prazo.



Município de Portalegre

Pela sua significância, segue-se apreciação particularizada das componentes "Disponibilidades" e "Dívidas de Terceiros", estas últimas que se apresentam em termos brutos fruto da materialidade das respetivas provisões.

À data de 31 de Dezembro de 2015 o valor das Disponibilidades ascendeu a 600.173,58€, sendo 596.587,16€ constituídos por depósitos em Instituições de Crédito e 3.586,42€ por valores em caixa.

O total de Disponibilidades do grupo municipal compreende o saldo de gerência de operações orçamentais, no valor de 600.173,58€ em resultado do balanceamento entre o total de receita orçamental cobrada e total da despesa orçamental paga no exercício, a que acresce o saldo inicial, cujo detalhe consta no quadro que se segue.

MAPA FLUXO DE CAIXA

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	
	31-dez-15
RECEBIMENTOS	
Saldo Inicial	364.041,64
Receitas Orçamentais	20.717.095,16
Correntes	19.181.281,18
Capital	1.534.558,78
Outras	1.255,20
Operações de Tesouraria	1.476.428,36
PAGAMENTOS	
Despesas Orçamentais	20.437.222,15
Correntes	14.546.577,12
Capital	5.890.645,03
Operações de Tesouraria	1.520.169,43
Saldo Final	600.173,58

Un.: Euros



MAPA DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL

DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL				
	2015	Peso %	2014	Peso %
Empréstimos Concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Clientes / Contribuintes e Utentes c/c	494.458,36	14,75%	600.371,45	6,70%
Clientes / Contribuintes e Utentes - Cobrança Duvidosa	928.482,71	27,69%	953.059,47	10,64%
Adiantamentos a Fornecedores	500,00	0,01%	962,51	0,01%
Estado e Outros Entes Públicos	93.528,35	2,79%	78.885,69	0,88%
Outros Devedores	1.835.952,18	54,76%	7.323.614,99	81,77%
TOTAL	3.352.921,60	100,00%	8.956.894,11	100,00%

Un.: Euros

Se em termos de ativo bruto, a análise das Dívidas de Terceiros conduz a um valor total de 3.352.921,60€, já em termos líquidos, como se afere do balanço inicialmente apresentado, registou-se um valor de 2.472.052,68€, circunstância que está diretamente relacionada com a constituição das correspondentes provisões, temática esta devidamente explicitada na respetiva nota ao balanço e à demonstração de resultados.

Na rubrica de outros devedores registam-se como valores mais significativos os provenientes de Devedores de Transferências para as Autarquias Locais, onde se incluem os créditos contabilizados no âmbito de financiamentos originários da Administração Central e de Fundos Comunitários, apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento e os valores de contratos de Venda de Habitações Resolúveis.

Outros dos valores com grande representatividade das dívidas de terceiros refere-se a cobrança duvidosa (928.482,71€) para o qual foram constituídas provisões em conformidade com as regras previstas no POCAL no valor de 880.868,92€.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2015.



MAPA DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	2.255.068,00
Acréscimos de Proveitos	324.491,02
Custos Diferidos	1.930.576,98

O valor referente a acréscimos de proveitos corresponde aos impostos a que o município tem direito de receber mas cuja entrada do capital só se verificará no exercício seguinte.

Os Custos diferidos referem-se a valores constantes de contratos programa e prémios de seguro a pagar no exercício seguinte mas que foram reconhecidos já neste.



PASSIVO

DÍVIDAS A TERCEIROS

DÍVIDAS A TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL				
	2015	Peso %	2014	Peso %
Médio e Longo Prazo		71,00%		72,82%
Empréstimos de médio e longo prazo	19.189.875,70	78,26%	21.434.709,07	75,41%
Fornecedores c/c - mlp	3.633.955,60	14,82%	4.762.000,93	16,75%
Fornecedores de Imobilizado mlp	31.417,46	0,13%	139.724,85	0,49%
Contratos Programa - mlp	1.056.534,16	4,31%	1.356.534,16	4,77%
Fundo de Apoio Municipal mlp	607.836,50	2,48%	729.402,00	2,57%
Sub-Total	24.519.619,42		28.422.371,01	
Curto Prazo		29,00%		27,18%
Empréstimos de curto prazo	4.797.086,00	47,90%	5.639.100,85	53,16%
Fornecedores c/c	2.233.061,09	22,30%	1.508.686,97	14,22%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	726.007,74	7,25%	805.672,67	7,59%
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00%	473,71	0,00%
Fornecedores de Imobilizado c/c	162.584,41	1,62%	472.542,49	4,45%
Fornecedores de Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	17.614,46	0,18%	23.481,07	0,22%
Administração Autárquica	994.020,10	9,92%	980.902,15	9,25%
Fornecedores de Imobilizado - Contratos de Leasing	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	70.639,46	0,71%	112.855,54	1,06%
Outros Credores	959.241,68	9,58%	1.005.604,57	9,48%
Clientes e Utentes c/ cauções	55.165,23	0,55%	58.732,11	0,55%
Sub-Total	10.015.420,17		10.608.052,13	
Total	34.535.039,59	100,00%	39.030.423,14	100,00%

Un.: Euros

As importâncias referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais. Da sua análise ressalta que o valor das dívidas a terceiros do grupo municipal totaliza 34.535.039,59€, constituído maioritariamente por dívida de natureza de médio e longo prazo que ascende 24.519.619,42€, face aos 10.015.420,17€ que emergem da dívida de curto prazo.

Considerando o valor da dívida de médio e longo prazo no balanço individual do Município é notória a sua influência nesta rubrica, encontrando-se bem espelhada a contribuição de cada uma das entidades do grupo municipal no quadro seguinte.

DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL							
ANO 2015							
Descrição	Fornecedores c/c	Empréstimos Obtidos	Fornecedores Imobilizado	Outros Credores	Fundo de Apoio Municipal	TOTAL	
						Valor	Peso
Município de Portalegre	3.633.955,60	18.801.054,82	31.417,46	1.056.534,16	607.836,50	24.130.798,54	98,41%
SMAT						0,00	0,00%
MMPO		295.044,98				295.044,98	1,20%
Fundação Robinson		93.775,90				93.775,90	0,38%
TOTAL	3.633.955,60	19.189.875,70	31.417,46	1.056.534,16	607.836,50	24.519.619,42	100,00%

Un.: Euros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo



Município de Portalegre

Face aos valores apresentados conclui-se que cerca de 98,41% do endividamento de médio e longo prazo do grupo provém da Câmara Municipal, logo seguido do contributo prestado pelo MMPO e a Fundação Robinson, valores que respeitam a Empréstimos Obtidos (1,20% e 0,38%), respetivamente.

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal-qualmente ao verificado no ativo, surge no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2015.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
	56.698.487,04
Acréscimos de Custos	1.447.239,95
Proveitos Diferidos	55.251.247,09

Os acréscimos de custos são os valores correspondentes a remunerações a pagar em 2016 mas que dizem respeito a 2015, juros a liquidar, encargos e impostos.

Nos proveitos a sua expressividade dos Proveitos Diferidos, está fundamentalmente associada ao montante contabilizado em subsídios para investimentos, a título de participações oportunamente aprovadas no âmbito de projetos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Protocolos e Contratos- Programa para o efeito celebrados, tem vindo a ser progressivamente transferido numa base sistemática para proveitos, acompanhando a contabilização das amortizações dos ativos financiados.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios do Grupo Municipal no final do exercício de 2015 ascendem a 67.774.797,48€, dos quais 70.751.548,71€ referem-se a Património, 13.709.438,17€ a Reservas, -19.205.105,89€ a Resultados Transitados, e 1.767.998,15€ a Resultados Líquidos que foram gerados no exercício económico de 2015.

Relativamente a Interesses minoritários verificou-se um valor de 1.638.762,29€.

Do total dos Fundos Próprios do Grupo Municipal, 96,93% são do Município (65.695.362,58€).



Município de Portalegre

5. BALANÇO CONSOLIDADO

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Activo	Exercícios			
		2015			2014
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	99.400,00	0,00	99.400,00	99.400,00
452	Edifícios	23.464,40	2.200,94	21.263,46	21.420,67
453	Outras construções e infra-estruturas	80.731.460,94	39.918.420,36	40.813.040,58	43.998.585,65
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	540.349,13	38.809,10	501.540,03	509.301,85
459	Outros bens de domínio público	525.974,94	279.159,55	246.815,39	273.114,15
445	Imobilizações em curso	7.648.631,62	0,00	7.648.631,62	7.648.631,62
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		89.569.281,03	40.238.589,95	49.330.691,08	52.550.453,94
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	52.145,31	52.145,31	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	843.290,69	803.178,58	40.112,11	9.870,16
443	Imobilizações em curso	40.038,25	0,00	40.038,25	40.038,25
434	Outras Imobilizações Incorpóreas	1.799.348,63	79.920,45	1.719.428,18	1.726.697,60
435	Projectos	736.099,89	677.588,10	58.511,79	124.810,46
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		3.470.922,77	1.612.832,44	1.858.090,33	1.901.416,47
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	17.075.037,35	0,00	17.075.037,35	17.329.070,07
422	Edifícios e outras construções	113.100.255,91	32.505.089,40	80.595.166,51	79.824.442,93
423	Equipamento básico	7.922.518,94	6.811.256,59	1.111.262,35	1.207.148,22
424	Equipamento de transporte	1.023.513,46	898.580,41	124.933,05	156.576,82
425	Ferramentas e utensílios	262.175,06	252.156,19	10.018,87	11.186,27
426	Equipamento administrativo	646.547,83	633.760,81	12.787,02	18.777,66
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	4.102.436,59	3.239.122,56	863.314,03	903.044,08
442	Imobilizações em curso	85.961,83	0,00	85.961,83	2.330.107,06
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		144.218.446,97	44.339.965,96	99.878.481,01	101.780.353,11
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	1.000.033,32	10.000,00	990.033,32	360.632,14
412	Obrigações e títulos de participação	850.970,50	0,00	850.970,50	850.970,50
414	Investimentos em imóveis	15.898,60	0,00	15.898,60	15.898,60
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.866.902,42	10.000,00	1.856.902,42	1.227.501,24
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	333.407,92	86.381,29	247.026,63	260.098,56
35	Produtos e trabalhos em curso	23.289,60	0,00	23.289,60	23.289,60
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produto acabados e intermédios	130.133,72	0,00	130.133,72	130.133,72
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	75.955,23
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		486.831,24	86.381,29	400.449,95	489.477,11
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
268	Outros Devedores	2.197.716,51	0,00	2.197.716,51	2.162.692,88
		2.197.716,51	0,00	2.197.716,51	2.162.692,88
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
211	Clientes, c/c	494.458,36	0,00	494.458,36	600.371,45
212	Contribuintes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
213	Utentes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	928.482,71	880.868,92	47.613,79	50.619,82
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	500,00	0,00	500,00	962,51
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	93.528,35	0,00	93.528,35	78.885,69
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	1.835.952,18	0,00	1.835.952,18	7.323.614,99
		3.352.921,60	880.868,92	2.472.052,68	8.054.454,46
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
13	DGAL/Montantes Afetos ao FRM	0,00		0,00	171.672,50
12	Depósitos em instituições financeiras	596.587,16		596.587,16	361.099,96
11	Caixa	3.586,42		3.586,42	2.941,67
		600.173,58	0,00	600.173,58	535.714,13
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	324.491,02		324.491,02	295.859,13
272	Custos diferidos	1.930.576,98		1.930.576,98	2.237.939,07
		2.255.068,00	0,00	2.255.068,00	2.533.798,20
	Total de amortizações		86.191.388,35		
	Total de provisões		977.250,21		
	TOTAL DO ACTIVO	248.018.264,12	87.168.638,56	160.849.625,56	171.235.861,54



Município de Portalegre

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
		2015	2014
	Fundos próprios		
51	Património	70.751.548,71	70.686.190,41
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	750.918,34	892.512,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas	0,00	0,00
571	Reservas legais	2.712.385,21	2.712.385,21
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	427.700,81	427.700,81
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	108.513,50	108.513,50
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	9.890.720,58	9.890.720,58
578	Ajustamentos decorrentes de Variações Patrimoniais	570.118,07	570.118,07
59	Resultado transitados	-19.205.105,89	-19.551.670,18
88	Resultado líquido do exercício	1.767.998,15	175.483,99
		67.774.797,48	65.911.954,39
	Interesses Minoritários	1.638.762,29	1.596.503,90
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	202.539,16	495.066,97
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2214	Fornecedores , C/c	3.633.955,60	4.762.000,93
2312	Dívidas a instituições de crédito	19.189.875,70	21.434.709,07
2611	Fornecedores de Imobilizado , C/c		
2616	Fornecedores de Imobilizado , C/c	31.417,46	139.724,85
2615	Fornecedores de Imobilizado , Leasing	0,00	0,00
26472+26482	Contratos Programa ML/P	1.056.534,16	1.356.534,16
26812601	Fundo de Apoio Municipal - M/L Prazo	607.836,50	729.402,00
		24.519.619,42	28.422.371,01
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	4.797.086,00	5.639.100,85
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	473,71
221	Fornecedores, c/c	2.233.061,09	1.508.686,97
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	726.007,74	805.672,67
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções	55.165,23	58.732,11
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	162.584,41	472.542,49
24	Estado e outros entes públicos	70.639,46	112.855,54
264	Administração autárquica	994.020,10	980.902,15
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	959.241,68	1.005.604,57
		0,00	0,00
223	Fornecedores Vendas a Dinheiro	0,00	0,00
2613	Fornecedores de Imobilizado Contratos de Leasing	0,00	0,00
2618	Fornecedores Imob.-Facturas em recepção e conferência	17.614,46	23.481,07
		10.015.420,17	10.608.052,13
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	1.447.239,95	1.555.377,40
274	Proveitos diferidos	55.251.247,09	62.646.535,74
		56.698.487,04	64.201.913,14
	Total do Passivo	91.436.065,79	103.727.403,25
	Total dos Fundos Próprios + Passivo	160.849.625,56	171.235.861,54

**6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA****Câmara Municipal de Portalegre
Demonstração de Resultados Consolidada**

Ano: 2015

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	2015	Exercício		Exercício	
		2015	2014	2015	2014
61	Custo das Mercadorias Vendidas				
	Mercadorias	1.410.323,69		1.489.852,92	
	Materiais	492.736,86	1.903.060,55	534.670,26	2.024.523,18
62	Fornecimentos e Serviços Externos	3.885.854,95		4.127.573,43	
64	Custos com Pessoal				
641 + 642	Remunerações de pessoal	5.612.947,84		5.772.003,68	
643 a 648	Encargos Sociais	1.447.252,09	10.946.054,88	1.489.554,61	11.389.131,72
66	Amortizações do Exercício	5.544.881,30		5.823.044,33	
67	Provisões do Exercício	199.311,38	5.744.192,68	33.356,71	5.856.401,04
63	Transferências e subsídios corr. concedidos e prest. sociais	348.537,91	348.537,91	191.019,93	191.019,93
65	Outros Custos Operacionais	223.326,36	223.326,36	136.415,77	136.415,77
	(A).....		19.165.172,38		19.597.491,64
681	Juros Suportados	322.508,13		1.175.853,20	
682	Perdas em Entidades Participadas	0,00		0,00	
683 a 684	Amortizações e Provisões	10.000,00		0,00	
685 a 688	Outros Custos e Perdas Financeiras	89.218,96	421.727,09	79.872,65	1.255.725,85
	(C).....		19.586.899,47		20.853.217,49
69	Custos e Perdas Extraordinárias	1.857.830,73	1.857.830,73	533.653,47	533.653,47
	(E).....		21.444.730,20		21.386.870,96
88	Resultado Líquido do Exercício		1.810.256,54		153.560,41
			23.254.986,74		21.540.431,37

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	Proveitos e Ganhos	Exercício		Exercício	
		2015	2014	2015	2014
71	Vendas e prestação de serviços				
711	Vendas de mercadorias e produtos	1.722.774,67		1.685.518,51	
712	Prestações de serviços	2.972.624,83	4.695.399,50	2.920.984,95	4.606.503,46
72	Impostos e taxas	4.837.669,40		4.279.862,46	
(a)	Variação da Produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria Empresa	69.451,79		60.375,44	
73	Proveitos Suplementares	3.453,91		11.166,36	
74	Transferências e subsídios obtidos	8.134.999,28		8.001.982,41	
76	Outros Proveitos Suplementares	23.146,47	13.068.720,85	39.711,68	12.393.098,35
	(B).....		17.764.120,35		16.999.601,81
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	1.514.776,22	1.514.776,22	1.560.653,86	1.560.653,86
	(D).....		19.278.896,57		18.560.255,67
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.976.090,17	3.976.090,17	2.980.175,70	2.980.175,70
	(F).....		23.254.986,74		21.540.431,37

Resultados Operacionais (B) - (A)		-1.401.052,03		-2.597.889,83
Resultados Financeiros (D - B) - (C - A)		1.093.049,13		304.928,01
Resultados Correntes (D) - (C)		-308.002,90		-2.292.961,82
Resultado Líquido do Exercício (F) - (E)		1.810.256,54		153.560,41
Atribuível a:				
- Grupo Municipal		1.767.998,15		175.483,99
- Interesses Minoritários		42.258,39		-21.923,58



7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

Estabelece a Lei das Finanças Locais (LFL) designadamente o n.º 1 do seu artigo 75º, que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”. Para cumprimento da mesma, segundo o n.º 7 do mesmo artigo, as “prestações de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras: Balanço consolidado; Demonstração consolidada dos resultados por natureza; Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Estabelecem o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

Assim, as notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação de contas, adaptada à numeração definida na sugestão de um modelo de estrutura do anexo às demonstrações financeiras consolidadas definido pelas instruções do SATAPOCAL, publicitadas pela DGAL em 28 de Abril de 2011, para a consolidação de contas e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade do grupo municipal, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.



7.1. Caracterização da entidade-mãe

7.1.1. Identificação

Município de Portalegre

Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº 28

7300-186 Portalegre

Número de identificação fiscal: 501.143.718

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho de Portalegre é constituído por 7 freguesias, 1 urbana (União das Freguesias de Sé e S. Lourenço) e 6 rurais (Alagoa, Alegrete, União das Freguesias de Carreiras e Ribeira de Nisa, Fortios, União das Freguesias de Reguengo e S. Julião e Urra). Tem uma superfície de 446,2 Km² e, de acordo com os Censos de 2011, 25.980 habitantes, e um n.º de eleitores de 21.946, conforme informação da DGAI – Direção Geral Administração Interna - Administração Eleitor, obtida à data de 31 de Dezembro de 2011, para a Base de Dados do Recenseamento Eleitoral BDRE.

7.1.2. Legislação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos aplicados pela entidade-mãe, nomeadamente os preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 162/99, de 14 de Setembro, 60-A/2005, de 30 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, aos quais acrescem os princípios estabelecidos na Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, designadamente nos pontos 2 a 2.6:

- Relevância e materialidade;
- Fiabilidade;
- Neutralidade;
- Plenitude;
- Representação fidedigna (da informação nelas contida).
- Comparabilidade

7.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva

A atual “Orgânica dos Serviços Municipais” viu a sua aprovação a 09 Janeiro de 2013, através da publicação em DRE – Diário da República, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e o n.º 6 do artigo 10.º do Decreto – Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Portalegre,



reunida em sessão ordinária de 28 de dezembro de 2012, aprovou, a proposta da Câmara Municipal, de 10 de dezembro de 2012, o modelo de estrutura hierarquizada e determinou a criação no máximo de 4 unidades orgânicas flexíveis e 42 subunidades orgânicas.

Nos termos do artigo 7.º Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Câmara Municipal de Portalegre, reunida em reunião ordinária de 26 de dezembro de 2012, aprovou sob condição de aprovação pela Assembleia Municipal, a proposta da Presidente da Câmara Municipal e deliberou a criação de 4 unidades orgânicas flexíveis: Divisão de Administração Geral e Finanças, Divisão da Cultura, Juventude, Desporto, Assuntos Sociais, Educação e Turismo, Divisão de Obras e Ambiente e a Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística, definindo as respetivas atribuições e competências.

O organograma da orgânica dos serviços municipais foi publicado em DRE a 13 de março de 2013 (anexo1).

7.1.4. Descrição Sumária das Atividades

A missão da Câmara e entidades do perímetro de consolidação é servir as pessoas melhorando a sua qualidade de vida, mobilizando e gerindo de forma eficiente e eficaz os recursos humanos e financeiros indispensáveis para garantir a prestação de um serviço público de excelência, apoiada no rigor e no cumprimento das normas e leis em vigor, sendo as suas atividades direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

7.1.5. Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal é composto pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, Maria Adelaide Lebreiro de Aguiar Marques Teixeira, e por seis Vereadores, nomeadamente:

Em regime de permanência:

- Nuno Miguel Carrilho Santana
- António Manuel Carrilho Ralo Landeiro
- Dulce Maria Nogueira Temudo Reis

Em regime de não permanência:

- José Manuel Reboredo Pinto Leite;
- Miguel Alexandre Ferreira Monteiro
- Luis Manuel Madeira Pargana



7.1.6. Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos da entidade mãe são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos, estando esta última, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade da entidade mãe são únicos e organizados de forma centralizada, na Divisão de Administração Geral e Finanças.

O sistema informático que a autarquia utiliza, é desenvolvido pela Software House designado por AIRC – Associação Informática da Região Centro, e é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído várias aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Refira-se que o Município de Portalegre tem preparado relatórios e demonstrações financeiras semestrais com vista à análise económico-financeira e orçamental prevista na Lei das Finanças Locais.

No que respeita às Entidades que integram o Grupo Municipal, para além da empresa-mãe, são adotados procedimentos contabilísticos próprios definidos em normativo interno específico para efeitos de consolidação e que integram:

- i. Definição harmonizada para as políticas contabilísticas de forma a permitir a homogeneização e comparabilidade da informação;
- ii. Conciliação de todos os fluxos transacionais e saldos entre as entidades que integram o perímetro Municipal numa periodicidade definida;
- iii. Reporte periódico de informação prestada pelas entidades participadas ao Município.

Todas as entidades que integram o perímetro de consolidação adotam as políticas contabilísticas e de relato financeiro como referencial contabilístico das suas contas individuais, com a exceção do SMAT e do Município que adotam o POCAL.

Em sede de consolidação, a empresa mãe tem procedimentos definidos que garantem a transposição dos diferentes acontecimentos/eventos e transações nas diferentes entidades para o referencial Contabilístico POCAL.



7.1.7. Outras informações relevantes

Foram levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF, IGAT e Tribunal de Contas), com incidência na gerência e nos 5 anos anteriores:

Data da Acção: Ano 2008 - Período Abrangido 01/01/2005 a 31/12/2007, Entidade IGF – Nº do processo 1707 – Controlo do Endividamento Municipal

Data da Acção: Ano 2008 - IGAL – Nº do processo 121400, Inspeção Ordinária – Área de Urbanismo e Empreitadas do Município;

Data da Acção: Ano 2009 – Período Abrangido 01/01/2005 a 31/12/2007, Entidade Tribunal de Contas - Auditoria Horizontal – Transferências e apoios financeiros concedidos pelos Municípios;

Data da Acção: Ano 2012 – Período Abrangido 01/01/2010 a 31/12/2012, Entidade IGF – Área de Urbanismo e Empreitadas do Município.

7.2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

7.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO						
Denominação	N.P.P. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Motivo da Inclusão Detenção da Totalidade do Capital		N.º Médio de Trabalhadores
				Directa	Indirecta	
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre	680031065	Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 28 - Portalegre	Distribuição de água; Transporte urbano e interurbano de passageiros; Exploração de parques de estacionamento subterrâneos	100%		62
MMPO - Mercado Municipal de Portalegre, S.A.	506472833	Rua General Conde Jorge de Avilez - Portalegre	Remodelação, gestão e exploração do Mercado Municipal de Portalegre e das suas envolventes directas, o qual se destina ao comércio por retalho de produtos alimentares e não alimentares e, a prossecução de outras actividades complementares ou subsidiárias	100%		0
Fundação Robinson	505984717	Largo do Jardim do Operário, n.º 5 - Portalegre	Preservação de espólios do arqueológico-industrial da Sociedade Corticeira Robinson Bros, S.A.; e de qualquer outro espólio cuja preservação lhe seja confiada.	57%		5



b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Denominação	N.P.P. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivo da Exclusão
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	Apartado 48 - Alter do Chão	Recolha, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos nos 25 municípios da sua área de influência	4,82%	Não Integra o S.E.L
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	513606130	Dr. Francisco Pissarra de Matos, N.º 21 r/ch 6300-906 Guarda	Captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público e recolha, tratamento, rejeição de efluentes, tendo a gestão do sistema sido delegada na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, nos termos previstos no Decreto-lei de constituição da sociedade	0,43%	Não Integra o S.E.L
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	504475606	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva Edifício Ciência II, n.º 11 - 3º B - Taguspark 2740-120 Porto Salvo	Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; produção e comercialização de dados; desenvolvimento e gestão de projects de internet e intranet.	0,15%	Não Detida a 100%

7.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas doem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Lei das Finanças Locais, as Demonstrações Financeiras (DF'S) apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

b) Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;

Não aplicável.

c) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.

Não aplicável.



7.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

As participações financeiras nas contas do Município das entidades que constam no perímetro de consolidação foram ajustadas, sendo utilizado o Método de equivalência Patrimonial.

b) Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;

Não se registaram quaisquer diferenças de consolidação.

c) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

d) Situações em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. instruções de preenchimento do SATAPOCAL, da não eliminação de operações recíprocas, pelo facto de tais operações acarretaram custos desproporcionados, face aos benefícios da informação;

Não aplicável.

e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;

Não aplicável.

f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.



g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não se registaram quaisquer ajustamentos excecionais para fins exclusivamente fiscais.

h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial;

A única entidade incluída do perímetro de consolidação, que tem participação de outras entidades é a Fundação Robinson, uma vez que na sua estrutura patrimonial o Município apenas detém 57% dos Fundos, assim foi utilizado o método de equivalência patrimonial, tendo sido registado o valor de fundos e Resultados do exercício de relativo a interesses minoritários.

7.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

	DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS					Ano 2015	
	Câmara Municipal de Portalegre	SMAT	MMPO	Fundação Robinson	TOTAL	Eliminação de créditos s/ dívidas recíprocos	Grupo Público Consolidado
Empréstimos Obtidos	18.801.054,82		295.044,98	93.775,90	19.189.875,70		19.189.875,70
Total	18.801.054,82	0,00	295.044,98	93.775,90	19.189.875,70	0,00	19.189.875,70

Un.: Euros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo



Município de Portalegre

7.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Ano: **2015**
(Unidade: Euro)

Tipos de fluxos	C.M.P. - FUNDAÇÃO ROBINSON a)									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	460.796,46	234.707,34	0,00	257.487,34	438.016,46					
Subsídios										
Empréstimos										
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Participação do capital em numerário										
Participação do capital em espécie										
Outros										
TOTAL	460.796,46	234.707,34	0,00	257.487,34	438.016,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Ano: **2015**
(Unidade: Euro)

Tipos de fluxos	C.M.P. - MMPO a)									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00					
Empréstimos										
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Participação do capital em numerário										
Participação do capital em espécie										
Outros	710.757,76	0,00	0,00	0,00	710.757,76					
TOTAL	710.757,76	35.000,00	0,00	35.000,00	710.757,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Ano: **2015**
(Unidade: Euro)

Tipos de fluxos	C.M.P. - S.M.A.T. a)									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios	0,00	91.635,46		91.635,46	0,00					
Empréstimos										
Relações comerciais	66.136,93	436.665,60	50.043,56	417.771,51	34.987,46	0,00	144.335,92		144.335,92	0,00
Participação do capital em numerário										
Participação do capital em espécie										
Outros						0,00	1.537.075,97	0,00	1.537.075,97	0,00
TOTAL	66.136,93	528.301,06	50.043,56	509.406,97	34.987,46	0,00	1.681.411,89	0,00	1.681.411,89	0,00



7.2.6. Informações relativas a políticas contabilísticas

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

Na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

• Imobilizado:

- Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo Aquisição. Os ativos são depreciados pelo modelo porque se espera que os benefícios económicos do ativo sejam consumidos pela entidade. As taxas de amortização utilizadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de Abril (CIBE); as taxas utilizadas para os ativos das restantes entidades que integram o perímetro de consolidação são as previstas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro. A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.

- Os investimentos financeiros, que incorporam todas as participações em entidades do sector empresarial local detidas numa percentagem inferior a 100%, bem como participações noutras entidades, independentemente do valor da participação, encontram-se registados ao custo, foram constituídas provisões relativamente ao ICTVR, pelo Município e pela Fundação Robinson pelo valor da joia paga por cada entidade.

Foi ainda anulada a provisão que o município tinha constituído no exercício de 2010 relativamente às Águas do Norte Alentejano, cujo valor proporcional do Capital Próprio da participada era inferior à data do balanço ao valor da participação, uma vez que esta entidade foi absorvida pela empresa Aguas de Lisboa e Vale do tejo, empresa com uma estrutura de capitais próprios suficiente para a participação.

Foram ainda ajustadas as participações financeiras utilizando o Método de Equivalência Patrimonial.

• Locações:

- Sempre que em substância são transferidos as vantagens e os riscos associados de um elemento adquirido através de um contrato locação, este é considerado como uma locação financeira e os elementos associados são registados como Ativos no Balanço, no



enquadramento da predominância da substância económica sobre a forma legal para efeitos de reconhecimento.

• **Existências:**

- As existências encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas, é adotado o custo médio ponderado.

• **Dívidas de Terceiros e a Terceiros:**

- A mensuração das dívidas de e a terceiros é efetuada pelo valor nominal da contraprestação.

- As provisões para cobranças duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para dívidas em mora entre 6 e doze meses foi constituída provisão de 50% e para dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída provisão na totalidade da dívida.

• **Empréstimos:**

- Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo do custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.

• **Vendas e Prestações de Serviços:**

- O crédito das vendas e das prestações de serviços é reconhecido pelo valor nominal.

• **Subsídios do Governo:**

- O reconhecimento dos subsídios é efetuado apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento.

• **Provisões:**

Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo.

b) Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não aplicável.



7.2.7. Informações relativas a determinadas rubricas:

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;

O valor apresentado na rubrica de Despesas de Investigação e Desenvolvimento refere-se a registos contabilísticos do Município decorrentes da partilha da empresa Portalegre POLIS. As rubricas em causa estão totalmente amortizadas.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;

Activo Bruto Consolidado

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Bens de Domínio Público :						
451 Terrenos e recursos Naturais.....	99.400,00					99.400,00
452 Edifícios.....	23.464,40					23.464,40
453 Outras Construções e Infra-estruturas.....	80.498.404,37		19.953,09		213.103,48	80.731.460,94
455 Bens do Patrim. Histórico, Art. e Cult.....	540.349,13					540.349,13
459 Outros bens de Domínio Público	525.974,94					525.974,94
445 Imobilizações em curso	7.648.631,62					7.648.631,62
446 Adiantamentos por conta bens de Dom Público.....						
	89.336.224,46	0,00	19.953,09	0,00	213.103,48	89.569.281,03
Imobilizações incorpóreas :						
431 Despesas de instalação						
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	52.145,31					52.145,31
433 Propriedade industrial e outros direitos	791.679,89		51.610,80			843.290,69
434 Outras Imobilizações Incorpóreas.....	1.850.869,39				51.520,76	1.799.348,63
435 Projectos.....	736.099,89					736.099,89
443 Imobilizações em curso	40.038,25					40.038,25
449 Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas .						
	3.470.832,73	0,00	51.610,80	0,00	51.520,76	3.470.922,77
Imobilizações corpóreas :						
421 Terrenos e recursos naturais	17.329.070,07		1.115,25		255.147,97	17.075.037,35
422 Edifícios e outras construções	110.822.492,92		187.386,29		2.090.376,70	113.100.255,91
423 Equipamento básico	7.855.213,75		100.401,23		33.096,04	7.922.518,94
424 Equipamento de transporte	1.023.513,46					1.023.513,46
425 Ferramentas e utensilios	259.340,42		2.834,64			262.175,06
426 Equipamento administrativo	644.952,45		1.937,51		342,13	646.547,83
427 Taras e vasilhames						
429 Outras imobilizações corpóreas	4.089.721,98		12.714,61			4.102.436,59
442 Imobilizações em curso	2.330.107,06		712.991,96		2.957.137,19	85.961,83
448 Adiantamentos por conta de imob. corpóreas						
	144.354.412,11	0,00	1.019.381,49	0,00	5.336.100,03	144.218.446,97
Investimentos financeiros :						
411 Partes de capital	1.086.682,14	86.648,82				1.000.033,32
412 Obrigações e títulos de participação	850.970,50					850.970,50
414 Investimentos em imóveis	15.898,60					15.898,60
415 Outras aplicações financeiras						
441 Imobilizações em curso						
447 Adiantamentos por conta de invest. Financeiros						
	1.953.551,24	86.648,82	0,00	0,00	0,00	1.866.902,42



Município de Portalegre

Amortizações e Provisões 2015

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens de Domínio				
Edifícios.....	2.043,73	157,21	0,00	2.200,94
Outras Const. e Infra-Estrut.....	33.228.897,98	3.153.287,00	0,00	36.382.184,98
Bens do Patrim. Histórico, Art. e Cult.....	31.047,28	7.761,82	0,00	38.809,10
Outros bens do Domínio Público	3.523.781,53	291.613,40	0,00	3.815.394,93
	36.785.770,52	3.452.819,43	0,00	40.238.589,95
Imobilizações incorpóreas :				
Despesas de Instalação.....	0,00			0,00
Despesas de Investigação e desenvolvimento	52.145,31			52.145,31
Propriedade industrial e outros direitos	749.686,92	53.491,66	0,00	803.178,58
Imobilizações em curso		0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Incorporeas	124.171,78	7.269,43	-51.520,76	79.920,45
Outros Projetos.....	611.289,43	66.298,67	0,00	677.588,10
	1.485.148,13	127.059,76	-51.520,76	1.612.832,44
Imobilizações corpóreas :				
Edifícios e Outras Construções	30.998.049,99	1.870.918,48	363.879,07	32.505.089,40
Equipamento básico	6.648.065,53	216.211,25	53.020,19	6.811.256,59
Equipamento de transporte	866.936,64	31.643,77	0,00	898.580,41
Ferramentas e utensílios	248.154,15	4.002,04	0,00	252.156,19
Equipamento administrativo	626.174,79	8.817,25	1.231,23	633.760,81
Outras imobilizações corpóreas	3.186.677,90	57.052,24	4.607,58	3.239.122,56
	42.574.059,00	2.188.645,03	422.738,07	44.339.965,96

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

Não aplicável.

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;

Não aplicável.

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;

Não aplicável.

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;

Não aplicável.



g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;

Não aplicável.

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;

Não aplicável.

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços;

CODIGO DAS CONTAS POCAL	Proveitos e Ganhos	Município de Portalegre	SMAT	MMPO	F. Robinson	Eliminações	Consolidado
71	Vendas e Prestações de Serviços						
711	Vendas de Mercadorias e Prod.	119.262,84	1.952.250,62			348.738,79	1.722.774,67
712	Prestações de Serviços	1.691.541,10	2.874.985,05	70.475,92		1.664.377,24	2.972.624,83



Município de Portalegre

k) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS EXECUTIVOS, FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS			
Designação dos Membros	Funções	Natureza de Remuneração Atribuída	Val. Bruto Atrib. de Jan. a Dezem. 2015
Município			
Orgão Executivo			
Maria Adelaide Franco Lebreiro Aguiar Marques Teixeira	Presidente	Remuneração Base	36.015,84 €
Nuno Miguel Carrilho Santana	Vereador	Remuneração Base	27.763,70 €
António Manuel Carrilho Ralo Landeiro	Vereador	Remuneração Base	29.302,20 €
Dulce Maria Nogueira Temudo Reis	Vereadora	Remuneração Base	29.302,20 €
José Manuel Reboredo Pinto Leite	Vereador	Senhas de Presença	2.815,88 €
Miguel Alexandre Ferreira Monteiro	Vereador	Senhas de Presença	2.747,20 €
Jorge Alberto Polainas Velez	Vereador em substituição	Senhas de Presença	137,36 €
Luis Manuel Madeira Pargana	Vereador	Senhas de Presença	2.705,99 €
Luis António Cara d'Anjo Sequeira Calado	Vereador em substituição	Senhas de Presença	68,68 €
Ana Margarida Salgueiro Curinha	Vereadora	Senhas de Presença	206,04 €
Orgão de Fiscalização			
Mariquito Correia e Associados SROC, Lda	ROC	Honorários	11.000,00 €
Fundação Robinson			
Conselho de Administração			
Nuno Miguel Carrilho Santana	Presidente	Em funções de 01/01/2015 a 01/03/2015	0,00 €
António José da Mota Casa Nova	Vogal	Em funções de 01/01/2015 a 01/03/2015	0,00 €
Dulce Maria Nogueira Temudo Reis	Presidente	Em funções de 02/03/2015 a 04-10-2015	0,00 €
Luis António Nicolau Esteves	Vogal	Em funções desde 02-03-2015	0,00 €
António Fernando de Sousa Santos Traquil	Vogal	Em funções de 02/03/2015 a 19-10-2015	0,00 €
Orgão de Fiscalização			
Mariquito Correia e Associados, SROC, Lda	ROC	Honorários	1.800,00 €
MMPO			
Orgão Executivo			
António Manuel Carrilho Ralo Landeiro	Comissão Liquidatária	0	0
Nuno Miguel Carrilho Santana	Comissão Liquidatária	0	0
Dulce Maria Nogueira Temudo Reis	Comissão Liquidatária	0	0
Orgão de Fiscalização			
Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda	ROC	Honorários	2.500,00 €



l) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de immobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

Não aplicável.

m) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Não aplicável.

n) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Não aplicável.

o) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

Custos e Perdas Financeiras	Exercícios	
	2015	2014
681 - Juros Suportados.....	322.508,13	1.175.853,20
682 - Perdas em Empresas do Grupo Associadas.....		
683 - Amortizações de Investimentos em Imóveis.....		
684 - Provisões para Aplicações Financeiras	10.000,00	
685 - Diferenças de Câmbio Desfavoráveis.....		
687 - Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria		
688 - Outros Custos e Perdas Financeiras.....	89.218,96	79.872,65
Total	421.727,09	1.255.725,85
Resultados Financeiros.....	1.093.049,13	304.928,01
Total	1.514.776,22	1.560.653,86
Proveitos e Ganhos Financeiros	Exercícios	
	2015	2014
781 - Juros Obtidos.....	0,01	261,41
782 - Ganhos em Entidades Participadas.....		
783 - Rendimentos de Imóveis.....	1.487.900,31	1.482.308,57
784 - Rendimentos de Participação de Capital.....	26.875,90	78.083,88
785 - Diferenças de Câmbio Favoráveis.....		
786 - Descontos Pronto Pagamento Obtidos.....		
787 - Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria		
788 - Outros Proveitos e Ganhos Financeiros.....		



p) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

Custos e Perdas Extraordinárias	Exercícios	
	2015	2014
691 - Transferências de capital concedidas.....	947.284,59	340.512,44
692 - Dívidas incobráveis.....	118.358,23	
693 - Perdas em existências.....	5.700,48	1.955,48
694 - Perdas em imobilizações.....	329.190,28	169.858,56
695 - Multas e penalidades.....	391,00	151,85
696 - Aumentos de amortizações e provisões.....		
697 - Correções relativas a exercícios anteriores.....	351.022,67	5.216,99
698 - Outros custos e perdas extraordinários.....	105.883,48	15.958,15
Total	1.857.830,73	533.653,47
Resultados Extraordinários.....	2.118.259,44	2.446.522,23
Total	3.976.090,17	2.980.175,70
Proveitos e Ganhos Extraordinários	Exercícios	
	2015	2014
791 - Restituição de impostos.....		
792 - Recuperação de dívidas.....		
793 - Ganhos em existências.....	5.691,28	5.187,13
794 - Ganhos em imobilizações.....	279.683,48	120.641,68
795 - Benefícios de penalidades contratuais.....	138.748,38	64.383,77
796 - Redução de amortizações e provisões.....	1.005.946,49	188.511,56
797 - Correções relativas a exercícios anteriores.....	51.834,23	9.242,65
798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários.....	2.494.186,31	2.592.208,91

q) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
291 - Cobrança Duvidosa.....	902.439,65	112.930,09	134.500,82	880.868,92
292 - Para Riscos e Encargos..	495.066,97		292.527,81	202.539,16
396 - Existências - Mat. primas sub. E cons.	0,00	86.381,29		86.381,29
491 - Partes de Capital.....	726.050,00	10.000,00	726.050,00	10.000,00
Total	2.123.556,62	209.311,38	1.153.078,63	1.179.789,37

s) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

As dívidas encontram-se todas relevadas no balanço consolidado.



7.2.8. Informações diversas

a) Outras informações exigidas por diplomas legais;

Não aplicável.

b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.